

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	22
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	26
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	27
----------------------------------	----

Relatório da Administração	29
----------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	163
--------------------------------------------------	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	167
-------------------------------------------------	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	168
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	169
-------------------------------------------------------------	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	170
Motivos de Reapresentação	171

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	535.029.747
Preferenciais	394.010.416
Total	929.040.163
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	26.153.261	26.589.419	24.802.422
1.01	Ativo Circulante	11.850.630	12.726.831	10.794.488
1.01.01	Disponibilidades	6.536	7.424	43.156
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.032.983	1.638.795	1.626.065
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.017.242	891.796	1.084.203
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.741	746.999	541.862
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	342.998	692.063	219.766
1.01.03.01	Carteira Própria	163.421	47.809	81.691
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	164.612	626.015	63.296
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros e Derivativos	14.232	18.239	62.769
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	733	0	12.010
1.01.04	Relações Interfinanceiras	26.484	17.875	21.357
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	0	20	0
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	1.299	1.299	2.959
1.01.04.03	Correspondentes no País	25.185	16.556	18.398
1.01.06	Operações de Crédito	7.582.563	7.382.991	6.134.614
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Privado	8.414.167	8.112.020	6.725.116
1.01.06.02	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-831.604	-729.029	-590.502
1.01.08	Outros Créditos	2.488.355	2.795.413	2.330.686
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	68.169	172.569	245.201
1.01.08.02	Rendas a Receber	7.134	4.150	5.323
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	2.700	2.535	4.169
1.01.08.04	Diversos	1.637.550	1.861.430	1.293.092
1.01.08.05	Titulos e Créditos a Receber	844.269	812.757	842.258
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-71.467	-58.028	-59.357
1.01.09	Outros Valores e Bens	370.711	192.270	418.844
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	399.874	149.054	140.922
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-66.897	-39.567	-34.134
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	37.734	82.783	312.056

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.150.611	12.838.174	12.983.669
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	9.289	85.732
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	9.289	85.732
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.272.078	1.315.505	2.139.409
1.02.02.01	Carteira Própria	101.629	331.442	262.759
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	906.822	693.232	1.211.406
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	157.135	159.600	621.324
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	106.492	131.231	43.920
1.02.05	Operações de Crédito	8.806.221	8.368.030	7.642.774
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Privado	9.107.530	8.622.186	7.914.714
1.02.05.02	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-301.309	-254.156	-271.940
1.02.07	Outros Créditos	2.952.046	2.877.701	2.978.998
1.02.07.02	Diversos	2.896.452	2.857.733	2.894.351
1.02.07.03	Titulos e Créditos a Receber	72.550	25.614	100.479
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-16.956	-5.646	-15.832
1.02.08	Outros Valores e Bens	120.266	267.649	136.756
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	120.266	267.649	136.756
1.03	Ativo Permanente	1.152.020	1.024.414	1.024.265
1.03.01	Investimentos	978.525	941.987	937.500
1.03.01.02	Participações em Controladas	978.146	941.608	934.029
1.03.01.04	Outros Investimentos	379	379	3.471
1.03.02	Imobilizado de Uso	27.690	37.834	30.912
1.03.02.01	Outras Imobilizações de Uso	69.211	71.546	51.731
1.03.02.02	(Depreciações Acumuladas)	-41.521	-33.712	-20.819
1.03.04	Intangível	145.805	44.593	55.853
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	359.582	113.192	99.067
1.03.04.02	(Amortização Acumuladas)	-213.777	-68.599	-43.214

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	26.153.261	26.589.419	24.802.422
2.01	Passivo Circulante	15.334.491	17.841.758	15.928.257
2.01.01	Depósitos	9.572.581	12.089.046	10.613.117
2.01.01.01	Depósitos à Vista	25.543	60.015	75.647
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	8.938.498	11.736.273	10.060.290
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	608.540	292.758	477.180
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.493.292	1.927.684	1.543.421
2.01.02.01	Carteira Própria	976.236	1.222.172	1.121.672
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	517.056	705.512	152.179
2.01.02.03	Carteira Livre Movimentação	0	0	269.570
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.547.841	1.569.596	2.114.167
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.547.841	1.569.596	2.114.167
2.01.04	Relações Interfinanceiras	851.219	804.868	102.786
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	654.035	649.072	0
2.01.04.02	Correspondentes no País	197.184	155.796	102.786
2.01.05	Relações Interdependências	4.509	6.785	28.988
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.509	6.785	28.988
2.01.09	Outras Obrigações	1.865.049	1.443.779	1.525.778
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.761	15.016	10.714
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	0	650	6
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	162.262	42.086	42.286
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	38.310	51.580	35.499
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	2.464	1.399	10.153
2.01.09.06	Dividas Subordinadas	93.275	88.113	250.782
2.01.09.07	Diversas	1.488.848	1.210.939	1.172.945
2.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	73.129	33.996	3.393
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.262.854	5.334.705	5.228.803
2.02.01	Depósitos	4.562.264	2.459.843	1.608.419
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	32.175	29.428	36.803

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	4.530.089	2.430.415	1.571.616
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	106.022	100.338	100.551
2.02.02.01	Carteira Própria	106.022	100.338	100.551
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	697.500	773.399	831.259
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	697.500	773.399	831.259
2.02.09	Outras Obrigações	1.897.068	2.001.125	2.688.574
2.02.09.02	Dívidas Subordinadas	1.681.720	1.663.233	2.107.153
2.02.09.03	Diversas	85.834	226.154	555.063
2.02.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	129.514	111.738	26.358
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	92	794	1.565
2.05	Patrimônio Líquido	3.555.824	3.412.162	3.643.797
2.05.01	Capital Social Realizado	3.460.732	3.460.732	3.460.732
2.05.01.01	De Domiciliados no País	3.065.825	3.051.660	3.080.704
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	394.907	409.072	380.028
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	195.208
2.05.04	Reservas de Lucro	108.495	0	7.719
2.05.04.01	Legal	108.495	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-13.403	-14.259	-19.862
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-34.311	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	7.718.405	6.320.820	7.357.768
3.01.01	Rendas de Operações de Crédito	7.703.911	6.639.841	6.097.774
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	290.822	470.917	363.077
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-294.869	-788.693	713.142
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	18.541	-1.245	183.775
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.450.702	-3.363.320	-4.579.878
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-2.393.933	-2.377.690	-3.630.621
3.02.04	(Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa)	-1.056.769	-985.630	-949.257
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.267.703	2.957.500	2.777.890
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.140.470	-3.298.020	-2.879.392
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	377.557	456.865	450.606
3.04.02	Despesas de Pessoal	-458.037	-392.041	-303.245
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.041.176	-2.121.623	-1.878.587
3.04.04	Despesas Tributárias	-202.248	-189.696	-184.022
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	218.327	168.971	216.237
3.04.05.02	Outras Receitas Operacionais	218.327	168.971	216.237
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.978.670	-1.159.119	-1.141.308
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-56.223	-61.377	-39.073
3.05	Resultado Operacional	127.233	-340.520	-101.502
3.06	Resultado Não Operacional	153.924	-59.606	-54.462
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	281.157	-400.126	-155.964
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-68.551	162.888	164.016
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	-66.509	172.937	165.375
3.08.04	Provisão para Contribuição Social	-1.377	-4.376	-741
3.08.05	Provisão para Imposto de Renda	-665	-5.673	-618
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	212.606	-237.238	8.052
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,22884	-0,25536	0,00867

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	212.606	-237.238	8.052
4.02	Outros Resultados Abrangentes	856	5.603	4.411
4.02.01	Perdas não Realizadas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.515	8.581	6.429
4.02.02	Imposto de Renda	-659	-2.978	-2.018
4.03	Resultado Abrangente do Período	213.462	-231.635	12.463

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	892.280	1.085.758	2.057.899
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.768.505	1.004.945	1.060.144
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	212.606	-237.238	8.052
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	32.108	35.890	25.194
6.01.01.03	Amortização de ágio	18.811	11.645	11.645
6.01.01.04	Constituição de provisão para contingências	479.377	259.926	135.385
6.01.01.05	Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	-14.557	-2.408	-7.063
6.01.01.06	Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	5.960	44.616	59.590
6.01.01.07	Perda por impairment/Provisões por desvalorização de ativos	38.083	18.444	4.386
6.01.01.08	(Ganho) na venda de investimento/imobilizado	-183.384	0	0
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	56.223	61.377	39.073
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.056.769	985.630	949.257
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	66.509	-172.937	-165.375
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-876.225	80.813	997.755
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	770.814	-289.830	-469.694
6.01.02.02	Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	386.605	-154.209	268.089
6.01.02.03	Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	63.381	622.237	-351.436
6.01.02.04	Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras	37.742	56.492	22.237
6.01.02.05	(Aumento) em operações de crédito	-1.694.532	-2.959.264	-723.098
6.01.02.06	(Aumento) em outros créditos	166.426	-187.766	-384.967
6.01.02.07	(Aumento) em outros valores e bens	-184.932	-34.471	-17.691
6.01.02.08	Aumento em depósitos	-414.044	2.327.353	576.978
6.01.02.09	Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	-428.708	384.050	456.616
6.01.02.10	Aumento em recursos de emissão de títulos	520.724	550.201	836.013
6.01.02.11	Aumento/(Redução) em outras obrigações	-96.723	-211.006	759.801
6.01.02.12	Aumento/(Redução) em relações interdependências	-2.276	-22.203	24.947
6.01.02.13	(Redução)/Aumento em resultado de exercícios futuros	-702	-771	-40
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	73.072	-37.122	55.200
6.02.01	Alienação de investimentos	229.000	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.04	Alienação de bens não de uso próprio	128.344	77.285	64.249
6.02.05	Redução de investimentos por incorporação	0	17.289	38.393
6.02.06	Aquisição/Alienação de investimentos	-250.000	-92.360	-6.483
6.02.07	Aquisição de imobilizado de uso	-1.938	-21.875	-6.614
6.02.08	Aplicações no intangível	-37.935	-17.461	-38.433
6.02.11	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	5.601	0	4.088
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-810.528	-1.437.911	-2.012.907
6.03.01	(Redução)/Emissão de letras financeiras	-447.399	-528.010	-694.002
6.03.02	(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	0	0	-1.041.293
6.03.03	(Redução)/Aumento de dividas subordinadas	-122.350	-285.279	-148.378
6.03.04	(Redução)/Emissão de letras de crédito do agronegócio	-170.979	-624.622	-126.082
6.03.05	Juros sobre o capital próprio provisionados/pagos	-69.800	0	-3.152
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	154.824	-389.275	100.192
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.424	396.699	296.507
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	162.248	7.424	396.699

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.460.732	0	0	0	-34.311	-14.259	3.412.162
5.03	Saldo Ajustado	3.460.732	0	0	0	-34.311	-14.259	3.412.162
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	212.606	0	212.606
5.05	Destinações	0	0	0	0	-69.800	0	-69.800
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-69.800	0	-69.800
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	108.495	-108.495	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	856	856
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	856	856
5.08.01	Aumento de Capital	400.000	0	0	0	0	0	400.000
5.08.02	Capital a Integralizar	-400.000	0	0	0	0	0	-400.000
5.13	Saldo Final	3.460.732	0	0	108.495	0	-13.403	3.555.824

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.460.732	195.208	0	7.719	0	-19.862	3.643.797
5.03	Saldo Ajustado	3.460.732	195.208	0	7.719	0	-19.862	3.643.797
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-237.238	0	-237.238
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	-7.719	7.719	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	5.603	5.603
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	5.603	5.603
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	-195.208	0	0	195.208	0	0
5.13	Saldo Final	3.460.732	0	0	0	-34.311	-14.259	3.412.162

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.460.732	195.208	0	2.819	0	-24.273	3.634.486
5.03	Saldo Ajustado	3.460.732	195.208	0	2.819	0	-24.273	3.634.486
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	8.052	0	8.052
5.05	Destinações	0	0	0	0	-3.152	0	-3.152
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.152	0	-3.152
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	4.900	-4.900	0	0
5.06.01	Reserva Legal	0	0	0	403	-403	0	0
5.06.02	Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucro	0	0	0	4.497	-4.497	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	4.411	4.411
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	4.411	4.411
5.13	Saldo Final	3.460.732	195.208	0	7.719	0	-19.862	3.643.797

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	4.823.703	4.275.511	5.274.059
7.01.01	Intermediação Financeira	7.718.405	6.320.820	7.173.993
7.01.02	Prestação de Serviços	377.557	456.865	450.606
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.056.769	-985.630	-949.257
7.01.04	Outras	-2.215.490	-1.516.544	-1.401.283
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.393.933	-2.377.690	-3.446.846
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.405.356	-1.565.011	-1.383.595
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-3.193	-2.381	-1.896
7.03.02	Serviços de Terceiros	-290.230	-253.220	-149.911
7.03.04	Outros	-1.111.933	-1.309.410	-1.231.788
7.03.04.01	Comissões pagas a lojistas e promotores	-1.111.933	-1.309.410	-1.231.788
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.024.414	332.810	443.618
7.05	Retenções	-50.919	-47.535	-36.839
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.919	-47.535	-36.839
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	973.495	285.275	406.779
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-56.223	-61.377	-39.073
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.223	-61.377	-39.073
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	917.272	223.898	367.706
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	917.272	223.898	367.706
7.09.01	Pessoal	396.992	332.726	264.288
7.09.01.01	Remuneração Direta	302.138	258.564	213.020
7.09.01.02	Benefícios	66.246	51.819	34.942
7.09.01.03	F.G.T.S.	25.325	19.740	13.130
7.09.01.04	Outros	3.283	2.603	3.196
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	332.608	86.212	60.736
7.09.02.01	Federais	314.967	64.913	38.880
7.09.02.02	Estaduais	10	3	1
7.09.02.03	Municipais	17.631	21.296	21.855
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	44.866	42.198	34.630

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.09.03.01	Aluguéis	44.866	42.198	34.630
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	142.806	-237.238	8.052
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-69.800	0	3.152
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	212.606	-237.238	4.900

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	26.137.083	27.776.057	26.235.567
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.748	19.521	48.043
1.01.01	Disponibilidade	10.748	19.521	48.043
1.02	Aplicações Financeiras	8.824.551	5.563.288	2.856.387
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.285.239	4.409.317	1.666.876
1.02.01.01	Títulos para Negociação	52.539	78.542	87.779
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.122.463	1.034.497	930.664
1.02.01.03	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	7.108.938	3.294.979	645.474
1.02.01.04	Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.299	1.299	2.959
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	539.312	1.153.971	1.189.511
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	539.312	1.153.971	1.189.511
1.03	Empréstimos e Recebíveis	12.101.100	16.616.740	18.202.478
1.03.01	Empréstimos e Adiantamentos de Instituições Financeiras	1.032.983	972.383	1.189.744
1.03.02	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	11.040.286	15.596.997	16.986.305
1.03.04	Instrumentos de Dívida	2.609	17.034	17.996
1.03.05	Benefício Residual em Operações Securitizadas	11.215	2.927	8.433
1.03.06	Recebíveis imobiliários	14.007	27.399	0
1.05	Outros Ativos	4.913.044	5.223.414	4.797.522
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	342.593	311.361	235.774
1.05.03	Outros	4.570.451	4.912.053	4.561.748
1.05.03.01	Impostos a Compensar	250.160	255.616	276.376
1.05.03.02	Impostos Diferidos	2.915.789	3.094.443	2.950.720
1.05.03.03	Outros Ativos	1.404.502	1.561.994	1.334.652
1.06	Investimentos	379	48.988	3.471
1.06.01	Participações em Coligadas	379	48.988	3.471
1.07	Imobilizado	27.690	37.838	50.128
1.07.01	Imobilizado de Uso	27.690	37.838	50.128
1.08	Intangível	259.571	266.268	277.538
1.08.01	Intangíveis	259.571	266.268	277.538

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.08.01.01	Ágio	218.727	218.727	218.727
1.08.01.02	Outros Ativos Intangíveis	40.844	47.541	58.811

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	26.137.083	27.776.057	26.235.567
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	49.122	1.242	15.128
2.01.01	Derivativos	49.122	1.242	15.128
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	2.422.543	2.199.996	2.284.707
2.02.02	Dívidas Subordinadas	1.581.776	1.571.911	2.196.731
2.02.03	Depósitos de clientes	684.787	348.092	0
2.02.04	Derivativos	155.980	145.892	11.455
2.02.05	Obrigações por Empréstimos e Repasses	0	134.101	76.521
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	17.403.156	19.911.188	18.564.415
2.03.01	Depósitos de Instituições Financeiras	10.321.635	13.790.325	11.734.565
2.03.02	Depósitos de Clientes	4.240.618	2.220.741	2.000.264
2.03.03	Recursos de Emissão de Títulos	2.249.555	3.155.708	4.004.143
2.03.04	Dívidas Subordinadas	189.804	174.502	154.752
2.03.05	Obrigações por Empréstimos e Repasses	0	0	78.209
2.03.06	Relações com Correspondentes	197.184	155.796	102.786
2.03.07	Obrigações por Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	204.360	414.116	489.696
2.04	Provisões	699.659	422.609	303.696
2.04.01	Provisões para Passivos Contingentes, Compromissos e Outras Provisões	699.659	422.609	303.696
2.05	Passivos Fiscais	95.020	109.403	107.462
2.05.01	Correntes	10.338	22.101	13.664
2.05.02	Diferidos	84.682	87.302	93.798
2.06	Outros Passivos	1.608.911	1.447.296	1.169.268
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	3.858.672	3.684.323	3.790.891
2.08.01	Capital Social Realizado	3.460.732	3.460.732	3.460.732
2.08.01.01	Capital Social - País	3.051.660	3.051.660	3.080.704
2.08.01.02	Capital Social - Exterior	409.072	409.072	380.028
2.08.02	Reservas de Capital	0	195.208	195.208
2.08.04	Reservas de Lucros	411.343	8.622	154.794
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-13.403	-14.259	-19.862

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	0	34.020	0
2.08.08.01	Ganhos Abrangentes de Coligadas	0	34.020	0
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	0	19

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	8.101.814	7.714.794	7.205.511
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	8.101.814	7.714.794	7.205.511
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.322.289	-3.521.368	-4.549.854
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-2.488.650	-2.696.590	-3.938.992
3.02.02	Perdas (Líquidas de Recuperações) no Valor Recuperável de Ativos Financeiros	-1.105.598	-1.053.458	-913.196
3.02.03	Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	271.959	228.680	302.334
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.779.525	4.193.426	2.655.657
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.457.663	-4.465.666	-2.606.494
3.04.02	Despesas de Pessoal	-463.572	-508.815	-528.521
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.053.662	-2.032.967	-1.719.074
3.04.04	Despesas Tributárias	-220.000	-235.121	-243.759
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	129.729	-431.024	1.078.211
3.04.05.01	Ganhos (Perdas) Líquidas com Ativos e Passivos Financeiros	-316.441	-836.059	733.340
3.04.05.02	Ganhos (Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.983	7.716	2.008
3.04.05.03	Receitas de Tarifas e Comissões	272.178	297.292	271.306
3.04.05.04	Outras Receitas	172.009	100.027	71.557
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.847.165	-1.256.876	-1.193.351
3.04.06.01	Depreciações e Amortizações	-32.379	-39.574	-29.565
3.04.06.02	Provisões Líquidas	-514.398	-323.294	-147.292
3.04.06.05	Resultado na Alienação de Ativo não Corrente Destinado a Venda	152.302	-66.520	-78.895
3.04.06.06	Outras Despesas	-1.452.690	-827.488	-937.599
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-2.993	-863	0
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	321.862	-272.240	49.163
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-78.569	126.068	94.730
3.06.01	Corrente	-9.256	-23.540	-10.564
3.06.02	Diferido	-69.313	149.608	105.294
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	243.293	-146.172	143.893
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	243.293	-146.172	143.893
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	243.293	-146.174	143.891

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	2	2
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,45000	-0,27000	0,27000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	243.293	-146.172	143.893
4.02	Outros Resultados Abrangentes	856	39.623	4.411
4.02.01	Perdas não Realizadas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.311	8.581	6.429
4.02.02	Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	0	34.020	0
4.02.03	Efeito tributário	-455	-2.978	-2.018
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	244.149	-106.549	148.304
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	244.149	-106.551	148.302
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	2	2

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	209.757	1.057.462	2.428.255
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.008.337	1.212.493	1.216.156
6.01.01.01	Prejuízo antes dos efeitos tributários	321.862	-272.240	49.163
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	32.379	39.574	29.565
6.01.01.03	Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	-17.003	-6.173	-14.305
6.01.01.04	Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para venda	8.688	48.864	75.254
6.01.01.05	Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	39.422	24.853	15.991
6.01.01.06	Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	1.105.598	1.053.458	913.196
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributárias	514.398	323.294	147.292
6.01.01.10	Resultado de Participação em Coligadas	2.993	863	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.798.580	-155.031	1.212.099
6.01.02.01	(Aumento) em depósitos compulsórios	0	1.660	-42
6.01.02.02	(Aumento) em instrumentos de dívida	36.273	-59.972	490.739
6.01.02.03	(Aumento) em derivativos ativos	-10.159	524.354	-322.548
6.01.02.04	Redução/(aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	95.112	-136.182	-138.664
6.01.02.05	(Aumento)/redução em empréstimos e adiantamentos a clientes	-345.469	-2.691.721	-459.299
6.01.02.06	(Aumento) em outros ativos	91.712	-531.305	-718.826
6.01.02.07	Aumento/(redução) em passivos financeiros para negociação	47.880	-13.886	-7.080
6.01.02.08	(Redução) em relações com correspondentes	41.388	53.010	-4.513
6.01.02.09	Aumento em depósitos de instituições financeiras	-3.468.690	2.055.760	1.927.004
6.01.02.10	(Redução) em depósitos de clientes	2.356.572	568.569	-842.739
6.01.02.11	(Redução) em obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-209.493	-75.843	-299.426
6.01.02.12	Aumento em passivos fiscais	-15.773	-19.355	-36.680
6.01.02.13	Aumento em outros passivos	-410.067	172.124	1.634.471
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-7.866	-2.244	-10.298
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	677.910	-1.597	-321.059
6.02.02	Aquisição do ativo tangível	-1.938	-6.660	-8.573
6.02.03	Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	-57.463	103.568	86.651
6.02.04	Aquisição/Alienação de investimentos	0	-12.359	-2.676

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.05	Aplicações do ativo intangível	-18.381	-17.853	-40.318
6.02.06	Varição de ativos financeiros disponível para venda	-87.966	-103.833	440.822
6.02.07	Varição de ativos financeiros mantidos até o vencimento	614.658	35.540	-796.965
6.02.08	Alienação de investimentos	229.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-740.728	-1.437.930	-2.012.908
6.03.01	(Redução) em obrigações por títulos e valores mobiliários	0	0	-1.041.293
6.03.02	(Redução) em dívidas subordinadas	-122.350	-285.279	-148.378
6.03.04	Varição nas participações minoritárias	0	-19	-1
6.03.05	(Redução) em Recursos de Emissão de Títulos	-618.378	-1.152.632	-820.084
6.03.06	Juros sobre o capital próprio	0	0	-3.152
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	146.939	-382.065	94.288
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.521	401.586	307.298
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	166.460	19.521	401.586

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.460.732	195.208	8.622	0	19.761	3.684.323	0	3.684.323
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.460.732	195.208	8.622	0	19.761	3.684.323	0	3.684.323
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-69.800	0	-69.800	0	-69.800
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-69.800	0	-69.800	0	-69.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-195.208	402.721	69.800	-33.164	244.149	0	244.149
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	243.293	0	243.293	0	243.293
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-195.208	402.721	-173.493	-33.164	856	0	856
5.05.02.06	Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	0	0	0	0	856	856	0	856
5.05.02.07	Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	0	0	0	34.020	-34.020	0	0	0
5.05.02.08	Absorção de Prejuízo	0	-195.208	0	195.208	0	0	0	0
5.05.02.09	Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros	0	0	402.721	-402.721	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.460.732	0	411.343	0	-13.403	3.858.672	0	3.858.672

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.460.732	195.208	154.794	0	-19.862	3.790.872	19	3.790.891
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.460.732	195.208	154.794	0	-19.862	3.790.872	19	3.790.891
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-146.172	0	39.623	-106.549	-19	-106.568
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-146.172	0	-146.172	-19	-146.191
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-146.172	146.172	39.623	39.623	0	39.623
5.05.02.06	Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	0	0	0	0	5.603	5.603	0	5.603
5.05.02.07	Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	0	0	0	0	34.020	34.020	0	34.020
5.05.02.08	Absorção de Prejuízo	0	0	-146.172	146.172	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.460.732	195.208	8.622	0	19.761	3.684.323	0	3.684.323

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.460.732	195.208	11.839	0	-24.273	3.643.506	20	3.643.526
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.460.732	195.208	11.839	0	-24.273	3.643.506	20	3.643.526
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.152	0	-3.152	0	-3.152
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.152	0	-3.152	0	-3.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	143.891	4.411	148.302	0	148.302
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	143.891	0	143.891	0	143.891
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.411	4.411	0	4.411
5.05.02.06	Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	0	0	0	0	4.411	4.411	0	4.411
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	142.955	-140.739	0	2.216	-1	2.215
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	142.955	-140.739	0	2.216	0	2.216
5.06.04	Redução de Participação de Acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-1	-1
5.07	Saldos Finais	3.460.732	195.208	154.794	0	-19.862	3.790.872	19	3.790.891

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	4.929.904	4.724.401	5.486.201
7.01.01	Intermediação Financeira	8.101.814	7.714.794	7.515.424
7.01.02	Prestação de Serviços	272.178	297.292	480.926
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.105.598	-1.053.458	-1.024.898
7.01.04	Outras	-2.338.490	-2.234.227	-1.485.251
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.488.650	-2.696.590	-3.611.635
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.427.081	-1.464.762	-1.195.706
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-3.201	-3.841	-3.701
7.03.02	Serviços de Terceiros	-229.419	-228.483	-190.092
7.03.04	Outros	-1.194.461	-1.232.438	-1.001.913
7.03.04.01	Comissões Pagas a Lojistas e Promotores	-1.194.461	-1.232.438	-1.001.913
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.014.173	563.049	678.860
7.05	Retenções	-32.379	-39.574	-54.618
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.379	-39.574	-54.618
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	981.794	523.475	624.242
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	981.794	523.475	624.242
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	981.794	523.475	624.242
7.09.01	Pessoal	401.760	429.733	454.317
7.09.01.01	Remuneração Direta	305.770	328.656	355.317
7.09.01.02	Benefícios	67.010	71.222	71.156
7.09.01.03	F.G.T.S.	25.667	27.084	24.339
7.09.01.04	Outros	3.313	2.771	3.505
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	361.254	188.588	113.033
7.09.02.01	Federais	337.296	147.476	67.496
7.09.02.02	Estaduais	10	7	13
7.09.02.03	Municipais	23.948	41.105	45.524
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.287	51.328	48.842
7.09.03.01	Aluguéis	45.287	51.328	48.842
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	173.493	-146.174	8.050

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-69.800	0	3.152
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	243.293	-146.172	4.900
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	-2	-2

Relatório da Administração

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco PAN S.A. (“PAN”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

AMBIENTE ECONÔMICO

A produção industrial de dezembro avançou 2,8% na comparação mensal, registrando alta de 4,3% no ano. Após forte retração nos últimos anos, a produção industrial cresceu em todos os trimestres de 2017 e esteve, em média, 2,5% acima dos níveis observados em 2016. Embora o ritmo de crescimento em dezembro dificilmente seja refletido nos próximos meses, o indicador sinaliza uma leve e consistente recuperação da economia.

Do lado da demanda, as vendas no varejo vieram acima das expectativas e registraram um bom desempenho em novembro, apontando avanço mensal de 0,7% no conceito restrito, enquanto o conceito ampliado (que inclui vendas de veículos e materiais de construção) apresentou avanço de 25% no período, ambos os resultados influenciados pelas vendas no período de “Black Friday”.

A inflação, medida pelo IPCA, registrou variação de 0,4% no mês de dezembro, encerrando o ano de 2017 em 2,95%, frente à alta de 6,29% em 2016. Com isso, foi a primeira vez que o IPCA fechou o ano abaixo do limite inferior (3%) da meta de inflação (4,5%).

No mercado de trabalho, de acordo com o CAGED, a economia brasileira registrou destruição líquida de 328,5 mil empregos com carteira assinada em dezembro. Devido ao fim de contratos temporários, dezembro costuma registrar forte destruição de postos de trabalho, porém, o saldo líquido de vagas formais seguiu avançando, com resultado positivo em dezembro de 65,4 mil, ante 23,3 mil em novembro, o nível mais forte desde o início de 2014.

Em relação ao desemprego, o IBGE informou que a taxa de desemprego foi de 11,8% no 4º trimestre de 2017. Os detalhes da divulgação de dezembro foram positivos, com o declínio do emprego informal sendo compensado pelo aumento no segmento formal, além da renda média e massa salarial terem continuado em tendência de alta.

O mercado de crédito também registrou bom desempenho em dezembro, principalmente no segmento de recursos livres, que apresentaram avanço nas concessões de crédito à pessoa jurídica, com redução das taxas de juros e inadimplência destas operações. Já no âmbito do crédito para pessoas físicas, houve estabilidade nas concessões, com queda nas taxas de juros e inadimplência. No acumulado anual, a concessão de crédito com recursos livres à pessoa jurídica recuou 4,0% em termos reais em relação à 2016. Já as concessões à pessoa física apresentaram aumento real de 5,3% na comparação anual.

Em consonância com o atual ciclo de flexibilização monetária, as taxas de juros de mercado diminuíram, ao mesmo tempo em que a inadimplência das famílias e das empresas caíram. Após declinar nos últimos dois anos, a relação crédito/PIB do Brasil aumentou.

Relatório da Administração

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, a partir da assinatura do Acordo de Acionistas do PAN entre Caixa Econômica Federal (“Caixa”), através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. (“CaixaPar”), e Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do PAN, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao PAN alternativas de *funding* com custo competitivo.

ESTRUTURA DO BANCO

Com 2.161 funcionários, o PAN e suas controladas possuem 60 Postos de Atendimento PAN exclusivos nas principais cidades do Brasil, distribuídos geograficamente de acordo com o PIB de cada região.

No encerramento de 2017, o PAN contava com 865 correspondentes bancários originando créditos consignados e 6.142 lojas multimarcas parceiras na originação de veículos.

O Banco encerrou o trimestre com 4,3 milhões de clientes ativos e 2,2 milhões de cartões de crédito emitidos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Originação de Varejo e Carteira de Crédito

Durante o 4º trimestre, o PAN originou uma média mensal de R\$ 1.301 milhões, 4% maior em relação aos R\$ 1.248 milhões do 3º trimestre de 2017.

Na comparação com 2016, houve uma redução em função do redirecionamento estratégico adotado pelo PAN, focando suas atividades de crédito no consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos em lojas multimarcas e cartão de crédito. A média mensal de originação em 2017 foi de R\$ 1.476 milhões, frente à média de R\$ 1.719 milhões durante o ano de 2016.

O saldo da Carteira de Crédito, que inclui as carteiras de Varejo e Empresas, encerrou o 4º trimestre em R\$ 18.645 milhões, inferior aos saldos de R\$ 18.799 milhões no 3º trimestre de 2017 e de R\$ 19.196 milhões no 4º trimestre de 2016. Estas reduções foram influenciadas principalmente pela retração do saldo da carteira de Empresas e Imobiliário, que estão em *run-off*, além das cessões de crédito que fazem parte da estratégia do PAN.

Durante o 4º trimestre de 2017, o PAN cedeu créditos sem coobrigação no montante de R\$ 1.312 milhões, totalizando um montante de R\$ 7.738 milhões de créditos cedidos durante o ano de 2017. O saldo de Carteira de Crédito Originada, que considera tanto os créditos retidos no balanço do PAN, como o saldo acumulado das carteiras cedidas para a Caixa, encerrou o ano em R\$ 35,6 bilhões.

Consignado (Empréstimo e Cartão de Crédito)

Na comparação anual, o PAN originou R\$ 10.109 milhões em créditos consignados (Empréstimo + Cartão de crédito) em 2017, frente aos R\$ 10.245 milhões originados em 2016.

Relatório da Administração

Com relação aos empréstimos, na comparação trimestral, foram concedidos R\$ 1.980 milhões para servidores públicos e beneficiários do INSS no 4º trimestre de 2017, volume superior aos R\$ 1.927 milhões originados no 3º trimestre de 2017, mas inferior aos R\$ 2.434 milhões originados no 4º trimestre de 2016.

Nos cartões de crédito, foram originados R\$ 179 milhões em transações durante o 4º trimestre de 2017, frente aos R\$ 176 milhões originados no 3º trimestre de 2017 e os R\$ 189 milhões originados no 4º trimestre de 2016.

A carteira de empréstimos Consignados encerrou o ano de 2017 com saldo de R\$ 7.687 milhões, praticamente estável em relação aos R\$ 7.654 milhões do 3º trimestre de 2017 e com leve queda de 2% frente aos R\$ 7.836 milhões ao final de 2016, devido às cessões de crédito sem coobrigação efetuadas durante o ano. Já a carteira de cartões de crédito Consignado encerrou o ano com saldo de R\$ 1.260 milhões, registrando crescimento de 4% frente ao saldo de R\$ 1.217 milhões do trimestre anterior e alta de 18% em relação ao saldo de R\$ 1.072 milhões no final de 2016.

Financiamento de Veículos

O Banco conta com 6.142 lojas multimarcas parceiras, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos de veículos. Desde o primeiro trimestre de 2017, o PAN se reposicionou neste segmento deixando de conceder financiamento de veículos em concessionárias, e assim originou R\$ 4.108 milhões em novos financiamentos durante o ano de 2017, frente aos R\$ 6.541 milhões originados no ano de 2016. Na comparação trimestral, foram originados R\$ 873 milhões em novos financiamentos durante o 4º trimestre de 2017, em comparação aos R\$ 825 milhões do 3º trimestre de 2017 e aos R\$ 1.786 milhões originados no 4º trimestre de 2016.

A carteira de crédito de veículos encerrou o ano em R\$ 5.906 milhões, registrando aumento de 2% em relação aos R\$ 5.779 milhões do 3º trimestre de 2017 e aumento de 13% em relação aos R\$ 5.231 milhões ao final do 4º trimestre de 2016.

Cartões de Crédito Institucional

Durante o 4º trimestre de 2017 as transações efetuadas com cartões de crédito somaram R\$ 869 milhões, registrando leve aumento frente aos R\$ 807 milhões transacionados no 3º trimestre de 2017 e uma leve redução em relação aos R\$ 881 milhões no 4º trimestre de 2016. A carteira de cartões apresentou leve alta, encerrando o trimestre com saldo de R\$ 978 milhões, frente ao saldo de R\$ 928 milhões do 3º trimestre de 2017.

Seguros

O PAN originou o montante de R\$ 46 milhões em prêmios de seguros durante o 4º trimestre de 2017, mantendo o volume de originação de prêmios em relação ao trimestre anterior. Durante o ano de 2017, foram originados R\$ 198 milhões em prêmios, aumento de 7% em relação aos R\$ 185 milhões originados em 2016.

Dentre os prêmios originados no trimestre, observam-se: R\$ 36,2 milhões em seguros de proteção de crédito, R\$ 4,7 milhões em seguros habitacionais, R\$ 3,4 milhões em seguros de cartões e R\$ 1,6 milhão em outros seguros.

Relatório da Administração

Consórcio

A venda de consórcios registrou o montante de R\$ 125 milhões no 4º trimestre de 2017, frente aos R\$ 166 milhões no trimestre anterior e aos R\$ 80 milhões no 4º trimestre de 2016. No ano de 2017, a venda de consórcios acumulou o montante de R\$ 395 milhões, frente aos R\$ 866 milhões em 2016.

Empresas

Refletindo a decisão estratégica de descontinuidade desta linha de negócios, a carteira de crédito expandida de empresas encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.699 milhões, frente ao saldo de R\$ 1.992 milhões ao final do 3º trimestre de 2017 e ao saldo de R\$ 2.627 milhões no 4º trimestre de 2016.

Esta carteira apresenta uma diversificação de riscos adequada com alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos, além de possuir um nível expressivo de garantias. Os 10 maiores clientes representavam apenas 3% do saldo total da carteira de crédito do PAN ao final do ano.

Crédito Imobiliário

Em decorrência da descontinuidade desta linha de negócios observamos uma redução desta carteira. O saldo dos créditos concedidos para Pessoas Físicas correspondia a R\$ 662 milhões no encerramento do 4º trimestre de 2017, frente aos R\$ 693 milhões e R\$ 774 milhões, no 3º trimestre de 2017 e 4º trimestre de 2016, respectivamente. O saldo dos créditos concedidos para Pessoa Jurídica somava R\$ 354 milhões no encerramento do 4º trimestre, frente aos R\$ 442 milhões e aos R\$ 563 milhões do 3º trimestre de 2017 e 4º trimestre de 2016, respectivamente.

Captação De Recursos

O saldo dos recursos captados totalizou R\$ 17,9 bilhões no encerramento de 2017, 7,0% inferior ao saldo de R\$ 19,2 bilhões registrado ao final de setembro de 2017 e 10% inferior ao saldo de R\$ 19,8 bilhões em dezembro de 2016. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos interfinanceiros, representando R\$ 8,7 bilhões, ou 49% do total; (ii) os depósitos a prazo, representando R\$ 4,9 bilhões, ou 27% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1,6 bilhão, ou 9% do total; (iv) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 1,4 bilhão, ou 8% do total; (v) as letras financeiras equivalentes a R\$ 984 milhões, ou 6% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 244 milhões, equivalentes a 1% das captações totais.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Resultados

Margem Financeira Líquida Gerencial - NIM

No 4º trimestre de 2017, a margem financeira líquida gerencial foi de 17,5% a.a., frente aos 16,8% a.a. do 3º trimestre de 2017 e à margem de 18,7% a.a. registrada no 4º trimestre de 2016. No ano de 2017, a margem foi de 16,6% a.a., frente aos 13,6% a.a. de 2016.

Relatório da Administração

Despesas com PDD e Recuperação de Crédito

No 4º trimestre de 2017, as despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 269 milhões, enquanto a recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo foi de R\$ 59 milhões. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 210 milhões, frente aos R\$ 222 milhões no 3º trimestre de 2017 e R\$ 252 milhões no 4º trimestre de 2016. Em 2017, a despesa líquida de provisão de créditos foi de R\$ 906 milhões, relativamente estável frente ao montante de R\$ 890 milhões em 2016.

Custos e Despesas

As despesas de pessoal e administrativas totalizaram R\$ 272 milhões no 4º trimestre de 2017, praticamente estável em relação aos R\$ 275 milhões no 3º trimestre de 2017, mas com queda de 7% frente aos R\$ 292 milhões do 4º trimestre de 2016, com maior destaque para a redução de 10% nas despesas de pessoal. Na visão anual, as despesas de pessoal e administrativas totalizaram R\$ 1.117 milhões em 2017, frente às despesas de R\$ 1.147 milhões em 2016.

As despesas com originação de créditos somaram R\$ 207 milhões ao final do trimestre, frente aos R\$ 234 milhões do 3º trimestre de 2017 e aos R\$ 239 milhões do 4º trimestre de 2016. No ano de 2017, as despesas com originação de créditos totalizaram R\$ 985 milhões, frente às despesas de R\$ 902 milhões em 2016, aumento justificado principalmente pela adequação final à Resolução 3.738/14 referente às comissões de originação.

Resultado Líquido

No 4º trimestre de 2017, o PAN registrou lucro líquido de R\$ 54,9 milhões, encerrando o ano de 2017 com lucro acumulado de R\$ 212,6 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 237,2 milhões em 2016.

Os principais fatores que sustentam os bons resultados dos últimos trimestres são: (i) manutenção da margem financeira em patamares robustos, com influência da redução da Selic, (ii) provisões de crédito sob controle, e (iii) continuidade do processo de redução de custos.

Ainda no 4º trimestre, o PAN alienou sua participação na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229 milhões e realizou provisões para contingência de forma a reforçar seu balanço.

Patrimônio Líquido e Capital

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 3.556 milhões em dezembro de 2017, considerando provisão de JCP no montante de R\$ 69,8 milhões, frente ao saldo de R\$ 3.522 milhões em setembro de 2017 e aos R\$ 3.412 milhões em dezembro de 2016.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 4º trimestre de 2017 em 13,3%, sendo 9,8% de Capital Principal, frente aos 12,2%, com 9% de Capital Principal, registrados ao final do 3º trimestre de 2017 e aos 13,2%, com 9,4% de Capital Principal, registrados no 4º trimestre de 2016. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Prudencial neste 4º trimestre foi de R\$ 470 milhões.

Considerando o Aumento de Capital, definido nos Eventos Subsequentes, o Índice de Basileia pró-forma do PAN para o 4º trimestre de 2017 seria de 15,6%.

Relatório da Administração

EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme divulgado em Aviso aos Acionistas publicado em 26 de janeiro de 2018, o Aumento de Capital da Companhia foi integralmente subscrito e integralizado, totalizando a quantia de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões de reais, um real e quatro centavos), através da subscrição de 212.765.958 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e novecentas e cinquenta e oito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.530.888 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta mil e oitocentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 90.235.070 (noventa milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setenta) ações preferenciais.

Nesta data foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia para homologar o Aumento de Capital e em seguida a Companhia submeterá para homologação do Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou neste exercício e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2018.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária do Banco PAN em 31/12/2017:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Mercado	8	-	179.246.347	45,49	179.246.355	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução nº 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (atualmente *IFRS Foundation*).

Estas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2017 foram aprovadas pela Diretoria em 26/03/2018.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

2.b) Base de consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2017	31/12/2016
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. (1)	-	100,00
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (2)	-	-
Fundos exclusivos:		
Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty	-	100,00

(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017); e

(2) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 20/12/2016 (aprovado pelo BACEN em 28/06/2017).

Nas demonstrações financeiras foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica "Receitas com juros e similares" e "Despesas com juros e similares".

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que a partir de 31/12/2010 requer a elaboração de demonstração financeira consolidada de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) por meio do resultado.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação / transações em moeda estrangeira

As informações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado de acordo com a IAS 21.

b) Definições, reconhecimento, classificação e reclassificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

- Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
- Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.
- As compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos e dos passivos.
- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos e contabilizados pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa no reconhecimento inicial.
- Os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação. A mensuração subsequente é feita através do custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.
- Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.
- Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data de fechamento da operação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros" na demonstração consolidada do resultado.
- Os valores pelos quais os ativos financeiros, exceto instrumento de capital são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras consolidadas.

ii. Instrumentos financeiros

O Banco reconhece o ativo financeiro ou o passivo financeiro nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, se torna parte as disposições contratuais do instrumento na data da negociação.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

iii. Classificação e reclassificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, o Banco classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

- a) **Ativos financeiros para negociação:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os instrumentos derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

- b) **Designados a valor justo:** essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*). Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo, incluindo aqueles para negociação, são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros”, e os juros na conta “Receita com juros e similares”.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou aqueles não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de dívidas classificados como “disponíveis para venda” são mensurados ao valor justo. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados no item “Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda”, líquidos de efeitos tributários na demonstração de resultados abrangente, e acumulados na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto:

- (a) os que a Entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado;
 - (b) os que a Entidade designa como disponível para venda; e
 - (c) os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.

Estes investimentos são mensurados pelo custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida pela taxa efetiva de juros.

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo este mensurado pelo custo



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

amortizado, deduzido por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro poderá ser reclassificado entre categorias em circunstâncias excepcionais previstas no IAS 39. Para a reclassificação de um instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertido e o valor justo do instrumento financeiro, na data de sua reclassificação, se torna seu novo custo. Será reclassificado da categoria de instrumentos financeiros mantidos até o vencimento quando não houver mais a intenção ou capacidade financeira de se manter o ativo até o vencimento. Da categoria de empréstimos e recebíveis deverá ser reclassificado quando do aparecimento de mercado frequentemente negociado e havendo a intenção de negociação por parte da Administração.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- **Empréstimos e recebíveis:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representados por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como "Instituições Financeiras" ou clientes decorrentes principalmente de valores pendentes de liquidação no curto prazo, valores a liquidar e quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros para negociação:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) Líquidos com ativos e passivos financeiros".

- **Passivos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), incluindo os passivos financeiros objetos de cobertura contábil.

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) Líquidos com ativos e passivos financeiros".

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** correspondem aos passivos que são atualizados, subsequentemente, pela taxa efetiva de juros, que desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro (custo da transação).

As despesas de juros dos instrumentos financeiros passivos, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado na conta de "Despesas de juros e similares".

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas** ^(*): refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no Exterior.
- **Recursos de emissão de títulos** ^(*): refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Obrigações por empréstimos e repasses** (*): refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação, nas quais há a retenção substancial de riscos e benefícios dos ativos. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

(*): Estas categorias são objetos de *hedge accounting*.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto ativos mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento, os empréstimos e adiantamentos e outros ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis são registrados pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Nesse caso, o ganho ou perda acumulada na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício na conta de "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros". Os juros/ganhos e perdas de variação cambial de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício. Os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Valor Presente Líquido – (VPL), e outros métodos, considerando as taxas de *input* observadas no mercado na respectiva data base.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Certos passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Existem também os passivos financeiros a valor justo no resultado que se referem a obrigações de títulos e valores mobiliários no Exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de *swap* e “futuros”. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2017 e 31/12/2016, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	52.540	14.007	66.547	74.227	31.714	105.941
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	918	7.108.020	7.108.938	57	3.294.922	3.294.979
Ativos financeiros disponíveis para venda	853.641	268.823	1.122.463	706.294	328.203	1.034.497
Passivos financeiros para negociação	98	49.024	49.122	748	494	1.242
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	2.362	2.420.181	2.422.543	652	2.199.344	2.199.996

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir, os modelos internos adotados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por base em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares		Técnicas de avaliação	Princípios contábeis
	31/12/2017	31/12/2016		
ATIVO:	7.390.850	3.654.839		
Ativos financeiros para negociação	14.007	31.714		
Contratos de <i>swap</i>	-	4.315	Método do valor presente líquido	Dados de mercado (e juros) - B3 S.A. Operações recentes (riscos similares)
Recebíveis Imobiliários	14.007	27.399	Método do valor presente	
Ativos financeiros disponíveis para venda	268.823	328.203		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	268.823	328.203	Método do valor presente	Operações recentes (riscos similares)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	7.108.020	3.294.922		
Contratos de <i>swap</i>	171.367	157.058	Método do valor presente líquido	Dados de mercado (e juros) - B3 S.A.
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.936.653	3.137.864	Método do valor presente líquido	Dados de mercado (e juros) - B3 S.A.
PASSIVO:	2.469.205	2.199.838		
Passivos financeiros para negociação	49.024	494		
Contratos de <i>swap</i>	49.024	494	Método do valor presente líquido	Dados de mercado (e juros) - B3 S.A.
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	2.420.181	2.199.344		
Contratos de <i>swap</i>	153.618	145.240	Método do valor presente líquido	Dados de mercado (e juros) - B3 S.A.
Depósitos de clientes	684.787	348.092	Método do valor presente líquido	Dados de mercado (e juros) - B3 S.A.
Dívidas subordinadas	1.581.776	1.571.911	Método do valor presente líquido	Dados de mercado (e juros) - B3 S.A.
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	134.101	Método do valor presente líquido	Dados de mercado (e juros) - B3 S.A.

DFP - Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS 31/12/2017 BANCO PAN S.A.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorrem com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Notas Explicativas

dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: O Banco não apresentava em 31/12/2017 e 31/12/2016 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizam substancialmente dados de mercado observáveis.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação e outros passivos financeiros ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Empréstimos e adiantamentos a clientes	11.040.286	11.401.061	15.596.997	18.182.507
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.032.983	1.032.983	972.383	972.383
Ativos mantidos até o vencimento	539.312	554.877	1.153.971	1.164.693
Instrumentos de dívida	539.312	554.877	1.153.971	1.164.693
Passivos financeiros ao custo amortizado	17.403.156	18.916.604	19.910.925	21.161.769
Depósitos de instituições financeiras	10.321.635	10.322.997	13.790.325	13.791.712
Depósitos de clientes	4.240.618	5.805.058	2.220.741	3.571.165
Recursos de emissão de títulos	2.249.555	2.249.020	3.155.708	3.061.879
Dívidas subordinadas	189.804	195.943	174.502	173.914
Relações com correspondentes	197.184	197.184	155.796	155.796
Obrigações por op. de venda ou de transf. de ativos financeiros	204.360	146.402	414.116	407.303

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mantidos até o vencimento incluem cotas de fundos de investimentos e títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas cotas, PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando, e apenas se:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo. O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Conforme o IAS 39, os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens hedgeados quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens hedgeados durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

- **Estrutura de *hedge* contábil**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) das captações externas em aberto (obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior e dívidas subordinadas).

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado das dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

No segundo semestre de 2015, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) do empréstimo no Exterior em aberto realizada junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). No primeiro semestre de 2016, foi estruturada outra operação de *hedge* contábil semelhante, para outro empréstimo no Exterior realizada junto ao BID, protegida por contratos derivativos futuros e *swap* cambial.

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado de obrigações por empréstimos junto ao BID emitidos no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil, passando a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

No primeiro semestre de 2016, o Banco designou mais uma estrutura de *hedge* contábil de valor justo, correspondente à parcela da carteira de crédito de varejo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações de crédito de juros pré-fixados passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

Já no segundo semestre de 2016, foi realizado o *hedge* contábil de valor justo de passivos pré-fixados de longo prazo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações passivas de longo prazo passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

Empréstimo junto ao BID foi liquidado antecipadamente na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

• Instrumentos de *hedge*

Os instrumentos de *hedge* de exposições cambiais são derivativos que possuem como posição ativa valores em Dólar Americano (US\$) e como posição passiva valores em Reais (taxa pré-fixada ou atreladas ao DI).

Os instrumentos de *hedge* para exposições à taxas de juros pré-fixadas são derivativos que possuem uma perna indexada à taxa pré-fixada e outra perna indexada à taxa de juros DI.

• Objetos de *hedge*

Os itens objeto de *hedge* de exposições cambiais são as captações realizadas no Exterior (passivos), sendo dívidas subordinadas, obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no Exterior e a operação de empréstimos realizada junto ao BID, todos em Dólar Americano (US\$). As operações de empréstimo junto ao BID foram liquidadas até novembro de 2017.

Os itens objeto de *hedge* de exposições de taxas de juros pré-fixadas são parcelas da carteira de crédito varejo e passivos de longo prazo.

g) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com as mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

relação à operação, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados para os ativos financeiros classificados na categoria de “Empréstimos e Recebíveis”, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso das operações.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros, dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento é reconhecida no resultado na conta de “Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros” em contrapartida da respectiva conta patrimonial do ativo financeiro. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação não representa benefícios prováveis de recuperação. Maiores detalhes quanto à redução de valores recuperáveis de ativos financeiros estão apresentados na nota 7.2.1 – Risco de Crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável com instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do exercício. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em instrumentos de dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do exercício. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

Os empréstimos renegociados sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são tratados como novos empréstimos, mantendo-se inalterada a avaliação do risco de crédito ao devedor para fins de mensuração da redução do valor recuperável.

O Banco utiliza como prática a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, essas operações passam a ser controladas fora do balanço patrimonial.

Em caso de redução ao valor recuperável dos ativos mantidos até o vencimento, a perda é reconhecida como uma diminuição do valor contábil do ativo, sendo incluído no resultado do exercício.

h) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

i) Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revendas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”.

As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Investimentos em empresas coligadas e outros

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), coligadas são todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo.

Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis/equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais gastos subsequentes são reconhecidos imediatamente na rubrica de “Outras despesas administrativas”, quando incorridos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada e pelo custo de aquisição dos ativos deduzindo o seu valor residual.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos como “Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda” na demonstração do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos tangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

m) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção de entidade ou exercidos com essa finalidade, e no caso de ativos intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. São representados por:

i. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda da respectiva classe de ativos.

ii. Softwares:

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os mesmos e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios forem atendidos:

- A administração tem intenção e capacidade para uso ou venda do *software* sendo tecnicamente viável sua conclusão e provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com confiabilidade.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

n) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por *impairment* de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

o) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do exercício. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.
- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

p) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos que foram utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

q) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

r) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

Os benefícios que vencem num prazo superior a doze meses após a data do balanço, quando aplicáveis, são descontados a valor presente.

s) Imposto sobre a renda – corrente e diferido

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.

A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos (vide detalhamento na nota 15d). A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de renda e Contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

t) Operações de arrendamento mercantil (arrendador)

Os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial na conta de “Empréstimos e Recebíveis”.

O balanço patrimonial foi elaborado considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, a valor presente, demonstradas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Carteira de arrendamento	15	102
Imobilizado de arrendamento	1.930	11.679
Depreciações acumuladas	(1.930)	(11.325)
Superveniência de depreciação	1.474	8.662
Credores por antecipação do valor residual	(1.267)	(7.390)
Saldo a valor presente	222	1.728

u) Operações de consórcio

A taxa de administração de consórcio é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio, à medida que os serviços são prestados. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “outros passivos”.

v) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

w) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016 não existiam investimentos com potencial de diluição no Banco.

x) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

y) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

De acordo com o IFRS 8, o Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Consórcios; (iii) Securitização de Recebíveis; (iv) Promotora de Vendas; e (v) Outros.

z) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

4) USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, CRÍTICAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como ativos e passivos financeiros para negociação, inclusive derivativos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros (nota 9): os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Empréstimos e Recebíveis”

Os ativos classificados na categoria de Empréstimos e recebíveis são mensurados por meio do custo amortizado, exceto a parcela que possui *hedge* contábil e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Para fins de IFRS no âmbito do IAS 39, na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- análise das características gerais da carteira de empréstimos e recebíveis;
- risco das operações; e
- qualidade das garantias (quando aplicável).

O Banco utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme nota 7. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda histórica observável de um período de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme nota 15, ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais e reconhecidas quando considerado provável o risco de perda, decorrente de uma exigência para liquidar as obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança.

O detalhamento das provisões, contingências e outros compromissos está apresentado na nota 26.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5) NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

5.1. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS APLICÁVEIS EM 31/12/2017

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2017.

5.2. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O pronunciamento substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e estabelece novos requerimentos: (I) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros; (II) Redução ao Valor Recuperável; e (III) Contabilização de Hedge:

(I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros.

- Modelo de negócios: refere-se a como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Ou seja, o modelo de negócios da entidade determina se os fluxos de caixa resultam do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos; e

- Características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros: identificação dos fluxos de caixa do ativo que constituem apenas pagamento de principal e juros, por meio da aplicação do *SPPI test*.

(II) Redução ao valor recuperável: A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito.

- Estágio 1: Perdas de crédito esperadas para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;

- Estágio 2: Perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e

- Estágio 3: Perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e com evidências objetivas de *impairment*.

(III) Contabilização de *Hedge*: A IFRS 9 introduz novos requerimentos para a contabilização de hedge, cujos objetivos são simplificar os requisitos atuais e alinhar a contabilidade de cobertura com a gestão de risco, permitindo uma maior variedade de instrumentos financeiros derivativos que podem ser considerados como instrumentos de cobertura.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O PAN decidiu manter seus *hedges accounting* alinhados com as diretrizes contábeis estabelecidas na IAS 39, haja vista que a própria IFRS 9 facultou a aplicação dos novos conceitos de *hedge accounting*, enquanto a norma não for emitida por completo, já que o conceito de macro *hedge* ainda não foi divulgado pelo IASB.

Com a intenção de compreender os efeitos potenciais do novo padrão contábil, durante o segundo semestre de 2017, a instituição reproduziu cenários em conformidade com premissas exigidas pela norma e concluiu que a adoção acarretará, segundo melhores estimativas atuais, uma redução não superior a 5% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais, podendo variar conforme o refinamento dos dados, critérios e premissas.

Os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros acumulados na data da adoção sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

- IFRS 15 – “Receitas de Contratos com Clientes” – este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui o IAS 18, IAS 11, IFRICs 13, 15 e 18. Efetivo a partir de 01/01/2018 entretanto o IASB permite a adoção antecipada. Não há impactos nas demonstrações financeiras.

- IFRS 16 – Arrendamentos – substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2019. Não há impactos nas demonstrações financeiras.

- Alterações IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” e IAS 28 – “Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto” (*joint venture*) – alterações referem a uma inconsistência entre as exigências das duas regras ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não teremos impactos.

6) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 19/07/2012, a instituição finalizou a operação de compra de 100% das ações integrantes do capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), por meio da aquisição de 100% do capital de sua controladora, PAN Holding S.A. (antiga Ourinvest Real Estate Holding).

As combinações de negócios, que ocorreram após a adoção das normas internacionais foram contabilizadas e estão sendo divulgadas de acordo com o IFRS 3 Combinação de Negócios.

O valor do ágio reconhecido na aquisição de R\$ 218.727 compreende o valor de sinergia esperada pela aquisição do grupo de empresas que a *holding* controlava e rentabilidade futura. Durante o processo de alocação do preço de compra, o Banco reconheceu ativos líquidos ao valor justo na transação. Não foram identificados e reconhecidos outros ativos intangíveis em função da não identificação dos mesmos na análise da combinação de negócios. O valor total transferido na aquisição compreende o caixa e equivalentes de caixa.

O Banco procedeu ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, não sendo necessário proceder nenhum ajuste no mesmo. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Plano de negócios revisados relativos aos próximos dez (10) anos do grupo de empresas que fundamentam o ágio em sua essência integrantes da combinação de negócios.
- Ajuste a valor presente dos resultados anuais antes dos tributos do mencionado grupo de empresas, utilizando-se uma taxa projetada do DI de 9,64% e uma de *stress* de 10,77%.

7) GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL E RISCOS FINANCEIROS

7.1. Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos de Capital.

7.2. Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez e capital é a Gerência de Riscos Financeiros e Capital. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco operacional é a Gerência de Riscos Não Financeiros. Ambas as gerências pertencem à Superintendência de Riscos e Controles.

O Banco PAN adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.

- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do PAN não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do PAN, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do PAN. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo PAN, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo PAN.

O PAN classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Interrupção das atividades da instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

7.2.1.Risco de crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco PAN tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

I. Empresas

Nas operações com empresas, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade da operação proposta. O processo de concessão de crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como pelo cumprimento das exigências mínimas estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pela Diretoria e/ou Banco Central do Brasil.

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

III. Crédito Imobiliário

As aprovações de uma operação levam em conta, principalmente, a verificação da capacidade de pagamento dos clientes pessoas físicas, e no caso de pessoas jurídicas, principalmente, as condições e a viabilidade do empreendimento objeto da operação, bem como as garantias oferecidas. A viabilidade de um empreendimento é constatada por um estudo, desenvolvido por empresa especializada, sendo que as liberações são realizadas de acordo com o cronograma da obra, sempre através do reembolso do percentual já executado. A formalização interna para as liberações de recursos é aprovada pelo diretor responsável pela operação, ou na ausência deste, por um diretor estatutário.

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias, cedida com coobrigação para 31/12/2017 e 31/12/2016. A exposição máxima atingiu R\$ 25,2 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões deste montante limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 26,8 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões deste montante limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2016).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

I. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2017		31/12/2016	
	Total	Redução ao valor recuperável	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	18.951.103	974.164	19.680.049	945.188
Benefício residual em operações securitizadas	11.215	-	2.927	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.032.983	-	972.383	-
Instrumentos de dívida	1.715.141	-	2.277.251	-
Instrumentos financeiros derivativos	174.067	-	163.908	-
Recebíveis imobiliários	14.007	-	27.399	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	2.404.624	-	2.545.276	-
Valores a receber por cessão de créditos	916.550	-	1.128.806	-
Exposição máxima ao risco de crédito	25.219.690	974.164	26.797.999	945.188

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas

Instrumento de dívida são representados, substancialmente, por 84,2% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de redução ao valor recuperável.

Carteira de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável	14.253.361	13.802.851
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.387.091	2.791.993
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.310.651	3.085.205
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	18.951.103	19.680.049
Perdas por redução ao valor recuperável	(974.164)	(945.188)
Valor líquido (Nota 12a)	17.976.939	18.734.861

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	400.086	2,11	434.910	2,21
50 seguintes maiores devedores	874.191	4,61	1.042.311	5,30
100 seguintes maiores devedores	672.770	3,55	1.026.921	5,22
Demais devedores	17.004.056	89,73	17.175.907	87,27
Total	18.951.103	100,00	19.680.049	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados, motos, máquinas pesadas e náutica.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 97.601 (R\$ 78.373 em 31/12/2016). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

(I) A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	1.602.913	67,15	1.731.466	62,00
31 a 60	499.774	20,94	662.304	23,73
61 a 90	284.404	11,91	398.223	14,27
Total	2.387.091	100,00	2.791.993	100,00

(II) A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo	%	Saldo	%
A vencer	854.525	36,98	1.652.399	53,56
Vencidos acima de 90 dias	1.456.126	63,02	1.432.806	46,44
Total	2.310.651	100,00	3.085.205	100,00



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A distribuição setorial da carteira de crédito é demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	16.508.102	87,11	15.933.600	80,96
Agroindústria	240.085	1,27	498.061	2,53
Açúcar e Etanol	118.589	0,63	182.903	0,93
Agronegócio e Proteína Animal	121.496	0,64	315.158	1,60
Comércio	385.709	2,03	586.544	2,98
Atacado e Varejo	385.709	2,03	586.544	2,98
Indústria de Base	191.814	1,01	283.469	1,44
Autopeças	12.072	0,06	16.382	0,08
Indústria Química	9.380	0,05	23.103	0,12
Outras Indústrias	84.821	0,45	147.578	0,75
Papel e Celulose	64.942	0,34	68.522	0,35
Têxtil	20.599	0,11	27.884	0,14
Serviços	1.625.393	8,58	2.378.375	12,09
Construção e Incorporação	906.967	4,78	1.368.002	6,95
Financeiros	141.823	0,75	137.020	0,70
Locação de veículos	18.591	0,11	22.003	0,11
Mídia, TI e Telecom	4.792	0,03	2.327	0,01
Outros Serviços	411.313	2,17	650.553	3,31
Saúde, Segurança e Educação	5.750	0,03	35.435	0,18
Transporte e Logística	98.995	0,52	139.360	0,71
Utilitários	37.162	0,19	23.675	0,12
Total	18.951.103	100,00	19.680.049	100,00

Na tabela a seguir, temos a distribuição da carteira de crédito segundo os critérios exigidos pelo órgão regulador de bancos brasileiros (BACEN), por meio da Resolução nº 2.682/99.

Ratings de risco do BACEN	31/12/2017	31/12/2016
Rating A	15.066.865	14.516.580
Rating B	1.030.382	1.811.039
Rating C	753.546	1.056.558
Rating D	545.156	818.331
Rating E	376.436	339.344
Rating F	333.817	250.855
Rating G	140.970	178.355
Rating H	703.931	708.987
Total	18.951.103	19.680.049



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Provisão para redução ao valor recuperável – Perda Incorrida

O cálculo da perda incorrida em operações de crédito do varejo analisadas de forma coletiva é realizado segmentado por produto, preservando as características de risco de crédito e recuperação de cada grupo, dentre elas Operações de Crédito Consignado, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Financiamento de Veículos, Financiamento Imobiliário, Crédito Pessoal com ou sem a presença de garantia atrelada e Operações com Cartão de Crédito.

As evidências de perdas são estimadas para cada grupo de ativo de acordo com experiência histórica de pagamentos observados. Esta avaliação é realizada em uma janela de tempo suficiente para que os efeitos de condições incomuns sejam minimizados.

As metodologias e pressupostos usados são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

Metodologia de perda incorrida – Varejo

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações varejo para carteira própria e cedida com coobrigação, são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte (90 dias) que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do Banco, incluindo as carteiras objeto de cessão de crédito.
- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de vinte e quatro meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utiliza-se como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise onde é possível apurar a rolagem.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto.

Além das informações de recuperação de crédito ao longo do tempo, outros componentes precisam ser adicionados ao cálculo para permitir a correta estimativa da perda incorrida.

Para tornar a estimativa mais precisa, os custos de cobrança são deduzidos da recuperação estimada. Os procedimentos para a recuperação de crédito envolvem diversas ações como envio de cartas, telefonemas, negativação, entre outros. Todas as despesas realizadas na tentativa de recuperar os ativos são consideradas.

Metodologia de perda incorrida – Empresas

Para a carteira de crédito Empresas (segmento *Ativos Atacado*) foram analisadas todas as operações individualmente, utilizando os seguintes critérios para mensuração da provisão para perdas por *impairment*.

O modelo de classificação descrito na Norma de *Rating* Crédito Empresas leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente. Essas informações são adquiridas em visitas técnicas e em pesquisas junto ao mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes, além da estrutura de garantias da operação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

PD – Probability of default

A PD das operações está relacionada ao *rating* atribuído pelo modelo de classificação.

LGD - Loss Given Default

O LGD das operações está relacionado ao tipo de garantia.

EAD - Exposure at Default

De maneira conservadora é utilizado EAD como o saldo devedor da operação.

LIP - Loss Identification Period

É atribuído ao LIP valor igual a 1.

7.2.2.Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade do PAN não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i.Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do PAN, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado PAN.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

	31/12/2017 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	53.600	113.056	31.002	24.783	183.474	5.367.072	5.772.988
Depósitos de instituições financeiras	-	8.616.956	79.451	117.726	56.376	478.623	2.353.982	11.703.114
Total de depósitos	-	8.670.556	192.507	148.728	81.158	662.097	7.721.054	17.476.102
Dívidas subordinadas	-	-	-	73.399	19.737	338.586	1.658.837	2.090.559
Recursos de emissão de títulos	-	169.128	333.850	421.295	391.110	510.391	561.339	2.387.114
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	658.475	-	882.113	400.697	1.240.978	4.305.428	7.487.692
Cessão de crédito com coobrigações	-	20.768	14.551	17.322	33.612	45.976	22.375	154.604
Total	-	9.518.926	540.908	1.542.858	926.314	2.798.029	14.269.034	29.596.070

	31/12/2016 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	42.453	8.021	24.255	90.037	233.693	5.420.203	5.818.662
Depósitos de instituições financeiras	-	11.724.685	35.034	2.878	28.475	16.340	538.838	12.346.250
Total de depósitos	-	11.767.138	43.055	27.133	118.512	250.033	5.959.041	18.164.912
Dívidas subordinadas	-	-	-	73.820	-	176.889	2.433.566	2.684.275
Recursos de emissão de títulos	-	597.166	288.043	142.378	742.432	977.178	744.152	3.491.349
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	2.720	-	2.962	3.132	151.180	159.994
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	5.078	32.857	18.892	1.266.251	1.562.955	2.886.033
Cessão de crédito com coobrigações	-	23.265	21.238	25.810	58.824	124.726	224.608	478.471
Total	-	12.387.569	360.134	301.998	941.622	2.798.209	11.075.502	27.865.034

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos. Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2017 e 31/12/2016.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

7.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do PAN, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordinam-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias de Tesouraria e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco PAN.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;
- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Análise de sensibilidade (gargas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros;
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de “*hedge*” de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **GAP ANALYSIS:** a análise de gaps é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentam os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco PAN deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco PAN nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a “*hedge*” de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a “*hedge*” de outros elementos desta carteira.

- **Gestão de risco - Informações regulatórias**

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Banco PAN, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Banco PAN, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

iii. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto por meio da metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.634/13, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais e para o controle de limites internos aprovados. O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA), para estimar a volatilidade a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2017	31/12/2016	Δ%
VaR prefixados	2	11	-85,78%
Média 60 dias	1.659	2.965	-44,05%
Multiplicador	2,8	1,61	73,91%
Prefixados	13.987	16.132	-13,30%

	31/12/2017			31/12/2016		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	4.485	24.455	1	9.442	50.889	2
Média 60 dias	4.658	8.033	1.602	9.400	23.223	2.666
Multiplicador	2,05	3	1	2,12	3	1,40
Prefixados	28.651	57.847	14.393	54.014	164.173	15.348
Cupom de índice de preços	2.890	24.445	-	252	12.383	-
Cupom de taxa de juros	1	2	1	353	5.542	-

Pela metodologia interna, o VaR de 1 dia sofreu redução semelhante à abordagem padronizada:

	31/12/2017	31/12/2016	Δ%
VaR prefixados	4	3	57,83%
VaR IPCA	10	-	-
VaR USD	22	-	-
VaR Cupom Cambial	1	-	-
VaR sem efeito diversificação	37	3	57,83%
VaR com efeito diversificação (1)	29	3	57,83%

(1) Diversificação entre os fatores de risco e vértices.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O quadro a seguir apresenta os valores médios, máximos e mínimos de VaR:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	1.176	5.732	2	2.281	12.124	2
VaR IPCA	60	588	-	9	708	-
VaR USD	48	1.136	-	134	1.556	-
VaR Cambial	24	1.136	-	230	2.211	-
VaR sem efeito diversificação	1.307	7.941	2	2.654	16.599	2
VaR com efeito diversificação	1.223	5.732	2	2.294	12.162	2

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para a mensuração os riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2017	31/12/2016	Δ%
ES	33	3	100,35%
Teste Estresse Histórico	141	43	227,19%

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall* (ES) estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2017			31/12/2016		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	1.401	6.567	3	3.249	13.934	214
Teste Estresse Histórico	11.086	32.390	43	22.160	94.198	30

As variações nos valores do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna).

iv. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, a Rban, é realizada pela metodologia de VaR paramétrico delta-normal, para um horizonte de 10 dias. São avaliados também os impactos em cenários de estresse, que

estimam o percentual de variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choques compatíveis com 1° e 99° percentis de uma distribuição histórica de variações de taxas de juros.

Apresentamos a seguir a posição de Rban nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking*:

Rban	31/12/2017	31/12/2016	Δ%
Prefixados	6.584	59.454	-88,93%
Agregado das posições inferiores a 5%	4.026	15.762	-74,46%
Diversificação	3.716	1.441	157,82%
Rban Carteira	6.894	73.775	-90,66%



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Rban	31/12/2017			31/12/2016		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	29.020	62.714	6.584	50.271	78.946	29.185
Cupom de Índice de Preços	-	-	-	2.648	37.070	-
Agregado das posições inferiores a 5%	10.842	22.288	3.085	14.974	28.763	2.654
Diversificação	2.260	3.819	1.118	6.205	13.775	807
Rban Carteira	37.602	78.232	6.894	64.825	99.238	36.719

A Rban é utilizada na gestão do risco de taxa de juros, junto com as demais métricas destacadas anteriormente, e sua mensuração é realizada e reportada diariamente pela unidade responsável pelo controle de risco de mercado. As estratégias para *hedges* das exposições ao risco de taxa de juros são avaliadas no Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO).

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading e banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fator de risco	Carteira Conglomerado - exposições sujeitas a variações de:	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(901)	(186.606)	(378.531)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(288)	(74.370)	(141.006)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(190)	(19.965)	(38.265)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(63)	(1.584)	(3.168)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(8)	(544)	(1.097)
Total em 31/12/2017		(1.450)	(283.069)	(562.067)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Ativos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito (ACC/CCE)	140.212	286.653
Outros Recebíveis	-	9.782
Total de Ativos	140.212	296.435

Passivos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Dívida subordinada	1.585.191	1.576.844
Obrigações por empréstimos no Exterior	-	134.101
Total de Passivos	1.585.191	1.710.945

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o valor dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, foi igual a:

	Valor de Referência		Valor Justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Posição comprada				
Swap	1.113.478	1.309.090	1.766.600	1.946.661
DDI	65.606	59.898	65.606	59.898
Total	1.179.084	1.368.988	1.832.206	2.006.559
Posição vendida				
Swap	22.343	147.086	22.802	125.744
DDI	151.990	214.951	151.900	214.951
DOL	29.053	21.299	29.053	21.299
Total	203.386	383.336	203.755	361.994

7.2.4. Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o PAN empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação; avaliação; mensuração; resposta; monitoramento; controle; e reporte dos riscos, e nesse processo são considerados também os respectivos controles.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Devido a sua natureza complexa, o risco operacional, possui características tanto subjetivas quanto objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controle de Riscos Não Financeiros (“Riscos Não Financeiros”) e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de controle, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos; e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida no Grupo PAN e nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;
- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria;
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Grupo PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013 e 2014, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de Capital Exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta o Patrimônio de Referência (PR) e o capital exigido (RWA), além dos índices de Capital Principal, Capital Nível I e Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro PAN (dezembro/14) e do Conglomerado Prudencial PAN (dezembro/15). Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de referência nível I	1.784.926	1.908.118
Capital Principal	1.784.926	1.908.118
Patrimônio de referência nível II	631.294	779.430
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.416.220	2.687.548
Patrimônio de referência	2.416.220	2.687.548
- Risco de crédito	15.583.707	18.697.144
- Risco de mercado	195.002	329.776
- Risco operacional	2.359.044	1.285.684
Ativo ponderado pelo risco – RWA	18.137.752	20.312.604
Índice de Basileia	13,32%	13,23%
Capital nível I	9,84%	9,39%
Capital nível II	3,48%	3,84%

Dívidas subordinadas por prazo de vencimento

As dívidas subordinadas atuais, que não contêm as cláusulas mais restritivas previstas em Basileia III, deverão ter seu saldo totalmente excluído do capital da Instituição Financeira até janeiro de 2022. A partir de janeiro/16, o percentual máximo que poderá ser utilizado do saldo da dívida subordinada equivale a 60% em relação ao valor informado em dezembro/12.

O PAN utiliza três instrumentos de dívidas subordinadas autorizados e elegíveis a compor seu PR Nível II. O quadro abaixo apresenta um resumo destes instrumentos, bem como seus prazos de vencimento, taxa de juros, periodicidade de pagamento de juros e valor nominal.

	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
Dívidas Subordinadas (1)	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.585.191	1.576.844
Letras Financeiras (2)	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% ao ano	19.152	17.190
Letras Financeiras (3)	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	169.895	156.631
Total				1.774.238	1.750.665

- (1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de "Receitas com juros e similares", cujo montante foi de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017 e (receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (nota 9d), com vencimento em 23/04/2020;
- (2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018; e
- (3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019.

8) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades em moeda nacional	4.447	12.387
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.301	7.134
Total de disponibilidades	10.748	19.521
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	155.712	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	166.460	19.521

(1) Inclui as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(2)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9) ATIVOS FINANCEIROS: MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO / MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO)

O Banco PAN participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. ou na CETIP S.A. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

9.a) Posições dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumentos Derivativos	Ativos / Passivos financeiros para negociação		Ao valor justo no resultado (*)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Indexador:				
Swap				
- Diferencial a receber	-	4.315	171.367	157.058
- Diferencial a pagar	(49.024)	(494)	(153.618)	(145.240)
Opções				
- Opções a Exercer	1	-	-	-
- Opções Lançadas	(1)	-	-	-
Contratos futuros				
- Posição ativa	1.782	2.478	918	57
- Posição passiva	(98)	(748)	(2.362)	(652)
Total líquido	(47.340)	5.551	16.305	11.223

(*) Os swaps classificados como ao valor justo por meio do resultado referem-se a operação de *hedge* contábil de valor justo apresentada na (nota 3f).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9.b) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Swap	524.331	20.638	821.728	373.739	3.960.005	5.700.441	2.809.883
- Dólar x CDI	-	-	49.532	47.819	1.016.126	1.113.477	1.167.106
- CDI x Dólar	-	-	-	-	1.705	1.705	32.056
- CDI x Pré	524.331	-	772.196	325.920	2.942.174	4.564.621	1.433.477
- Pré x Dólar	-	20.638	-	-	-	20.638	35.260
- Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
- Libor x Dólar	-	-	-	-	-	-	79.770
Opções	24.775.000	-	-	-	-	24.775.000	-
Compra Opç Venda	12.390.000	-	-	-	-	12.390.000	-
Venda Opç Venda	12.385.000	-	-	-	-	12.385.000	-
Contratos futuros	1.447.141	38.879	962.096	1.936.232	9.220.439	13.604.787	6.907.243
- DDI	9.919	9.866	29.484	34.192	143.692	227.153	274.849
- DI	1.434.741	-	932.612	1.902.040	9.076.747	13.346.140	6.611.095
- Dólar	2.481	29.013	-	-	-	31.494	21.299
Total	26.746.472	59.517	1.783.824	2.309.971	13.180.444	44.080.228	9.717.126

9.c) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	31/12/2017	31/12/2016
CETIP (balcão)	5.700.441	2.809.883
B3 S.A. (bolsa)	38.379.787	6.907.243
Total	44.080.228	9.717.126

Contrapartes: Em 31/12/2017 estão assim distribuídas: B3 S.A. 87,07% (71,08% em 31/12/2016), Instituições Financeiras 12,88% (27,73% em 31/12/2016), e outros 0,05% (1,19% em 31/12/2016).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9.d) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.460.546	2.289.204
Swap – Dólar (1)	1.766.600	1.805.442
Futuros DDI B3 S.A. – Dólar (1) (4)	-	66.144
Swap – Dólar (1) (4)	-	64.530
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (2)	693.946	353.088
Posição Passiva	(9.189.705)	(3.700.766)
Swap – Taxa Pré – Reais (3)	(1.161.696)	(1.760.994)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (3)	(8.028.009)	(1.939.772)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	6.936.653	3.137.864
Operações de Crédito (3)	6.936.653	3.137.864
Posição Passiva	(2.269.978)	(2.059.037)
Dívidas Subordinadas no Exterior	(1.585.191)	(1.576.844)
Empréstimos no Exterior (1) (4)	-	(134.101)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(684.787)	(348.092)

(1) Utilizado como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto com o BID;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo;

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal; e

(4) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

9.e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	486.031	(549.411)	(63.380)	579.053	(1.245.125)	(666.072)
Swap – ganhos/perdas realizadas	77.617	(124.647)	(47.030)	254.137	(192.215)	61.922
Termo de moeda – ganhos/perdas não realizadas	-	-	-	2.186	(1.562)	624
Termo de moeda – ganhos/perdas realizadas	-	-	-	2.349	-	2.349
Opções - ganhos/perdas não realizadas	117	(267)	(150)	1.092	(1.475)	(383)
Opções - ganhos/perdas realizadas	2.709	(3.997)	(1.288)	812	(1.351)	(539)
Contratos futuros – ganhos/perdas realizadas	1.311.509	(1.505.310)	(193.801)	1.416.987	(1.646.793)	(229.806)
Total	1.877.983	(2.183.632)	(305.649)	2.256.616	(3.088.521)	(831.905)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

10) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros mantidos para negociação	50.757	71.749
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	27.486	46.340
Notas do Tesouro Nacional – LTN	21.608	25.409
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.663	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.122.463	1.034.497
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	853.600	706.294
Notas do Tesouro Nacional – NTN	40	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	268.823	328.203
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	539.312	1.153.971
Letras do Tesouro Nacional – LTN	276.601	896.852
Notas do Tesouro Nacional – NTN	262.369	256.785
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	334
Empréstimos e recebíveis	2.609	17.034
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.609	16.892
CEPAC	-	33
Outros	-	109
Total	1.715.141	2.277.251

b) Variações

“Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos para negociação”:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	71.749	5.212
Adições (alienações) líquidas	(34.875)	54.117
Ajuste a valor de mercado	497	84
Juros	13.386	12.336
Saldo do fim do exercício	50.757	71.749

“Instrumentos de dívida – ativos financeiros disponíveis para venda”:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	1.034.497	930.664
Adições (alienações) líquidas	(12.382)	(30.272)
Ajuste a valor de mercado	(8.215)	784
Juros	108.111	135.565
Âgio/ Deságio	454	(2.244)
Saldo do fim do exercício	1.122.463	1.034.497



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

“Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos até o vencimento”:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	1.153.971	1.189.511
Adições (alienações) líquidas	(714.927)	(184.207)
Juros	100.268	148.667
Saldo do fim do exercício	539.312	1.153.971

“Instrumentos de dívida – empréstimos e recebíveis”:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	17.034	17.996
Adições (alienações) líquidas	(24.617)	(4.144)
Juros	10.225	3.182
Provisão para Perdas	(33)	-
Saldo do fim do exercício	2.609	17.034

c) Prazo de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
Sem vencimento	342	377
Até 360 dias	351.794	701.029
Acima de 360 dias	1.363.005	1.575.845
Total	1.715.141	2.277.251

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	1.032.983	972.383
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras total líquidos	1.032.983	972.383
Tipo:		
Compra com compromisso de revenda	1.017.242	891.796
Depósitos interfinanceiros	15.741	80.587
Total	1.032.983	972.383



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Prazo de vencimento

Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Até 30 dias	1.024.502	-
De 31 a 90 dias	-	913.705
De 91 a 180 dias	6.536	839
De 181 a 360 dias	1.945	52.292
Acima de 360 dias	-	5.547
Total	1.032.983	972.383

12) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis - nota 7.2.1d		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado (1)	18.951.103	19.680.049
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(974.164)	(945.188)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	17.976.939	18.734.861

(1) Objeto de *hedge* contábil (nota 9d).

b) Abertura

	31/12/2017	31/12/2016
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal (1)	5.910.855	5.298.817
Empréstimos em consignação (1)	7.575.768	8.096.025
Capital de giro	846.915	1.473.079
Financiamentos habitacionais	355.679	536.381
Financiamento à exportação	328.497	524.382
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (2)	1.701.702	1.432.005
Títulos e créditos a receber (3)	916.819	897.463
Adiantamento contratos de câmbio e rendas a receber	67.143	172.740
Empréstimos com garantia imobiliária	527.441	621.450
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	73.371	122.074
Outros	646.913	505.633
Total	18.951.103	19.680.049

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 9d);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Prazo de vencimento

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	1.036.982	5,47	1.283.299	6,52
A vencer				
Até 30 dias	2.325.632	12,27	2.232.290	11,34
De 31 a 60 dias	775.027	4,09	751.301	3,82
De 61 a 90 dias	642.251	3,39	702.449	3,57
De 91 a 180 dias	1.820.986	9,61	1.977.899	10,05
De 181 a 360 dias	2.860.793	15,11	3.131.624	15,91
Acima de 360 dias	9.489.432	50,06	9.601.187	48,79
Total	18.951.103	100,00	19.680.049	100,00

d) Operações de venda e transferência de ativos financeiros

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	922.651	592.687	329.964	4.816.223	4.492.214	324.009
Empréstimo em consignação	9.848.957	7.145.059	2.703.898	6.941.601	5.177.993	1.763.608
Financiamentos habitacionais	-	-	-	6.149	5.916	233
Empréstimos com garantia imobiliária	-	-	-	230.030	184.761	45.269
Total	10.771.608	7.737.746	3.033.862	11.994.003	9.860.884	2.133.119

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (nota 29).

13) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR NÃO RECUPERAÇÃO (IMPAIRMENT) DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	(945.188)	(812.225)
Complemento de provisão	(1.105.598)	(1.053.458)
Baixa contra a provisão	1.076.622	920.495
Saldo do fim do exercício	(974.164)	(945.188)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

14) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2017	31/12/2016
Imóveis	371.628	313.963
Veículos terrestres	38.896	50.114
Material em estoque	313	640
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(68.244)	(53.356)
Total	342.593	311.361

Os bens e as propriedades tomadas em dação de pagamento são mantidos para venda e os recursos obtidos pela venda são utilizados para reduzir as dívidas em aberto.

15) CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(109.102)	(81.291)
Sobre prejuízos fiscais	1.473.836	1.490.833
Sobre diferenças temporárias	1.364.734	1.409.542
Sobre provisão para perda por redução ao valor recuperável	882.294	1.162.863
Sobre provisão de ações cíveis	129.510	99.173
Sobre provisão de ações trabalhistas	160.288	83.455
Sobre provisão de ações tributárias	9.271	4.603
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.905	18.059
Sobre ajuste ao valor de mercado	22.062	46.564
Outras	332.725	270.184
Total do ativo	2.915.789	3.094.443

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo		
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	78.410	79.718
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	6.272	7.584
Provisão para impostos e contribuições	10.338	22.101
Total do passivo	95.020	109.403



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	1.926.877	1.167.565	3.094.443	1.844.783	1.105.937	2.950.720
(+) Constituição de créditos	751.812	507.588	1.259.400	694.881	535.188	1.230.069
(-) Realização de créditos	(836.638)	(601.415)	(1.438.053)	(612.788)	(473.558)	(1.086.346)
Saldo do fim do exercício	1.842.051	1.073.738	2.915.789	1.926.876	1.167.567	3.094.443

c) Movimentação do imposto de renda corrente e diferido passivo

	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	105.015	4.388	109.403	103.279	4.183	107.462
(-) Realização de Passivos	(12.476)	(1.907)	(14.383)	1.736	205	1.941
Saldo do fim do exercício	92.539	2.481	95.020	105.015	4.388	109.403

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 06/03/2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajustes de IFRS		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	915.887	-	4.293	-	(97.072)	-	823.108
2018	726.753	655.545	5.951	96.006	(102.047)	(74.479)	630.657	677.072
2019	491.831	93.370	5.908	91.733	(69.060)	(10.608)	428.679	174.495
2020	396.917	24.072	20.419	117.600	(55.733)	(2.735)	361.603	138.937
2021	2.614	23.394	65.430	136.758	(367)	(2.658)	67.677	157.494
2022	5.051	11.272	127.186	159.029	(709)	(1.281)	131.528	169.020
2023	10.956	31.134	186.983	195.161	(1.538)	(3.537)	196.401	222.758
2024	10.956	21.553	210.918	212.782	(1.538)	(2.449)	220.336	231.886
2025	9.724	7.002	240.913	243.798	(1.365)	(796)	249.272	250.004
2026	6.030	18.046	296.665	194.268	(847)	(2.050)	301.848	210.264
2027	16.668	-	274.450	-	(2.341)	-	288.777	-
Total	1.677.500	1.801.275	1.434.823	1.451.428	(235.545)	(197.665)	2.876.778	3.055.038

Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 1.754.793 (R\$ 1.807.469 em 31/12/2016).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.013 (R\$ 39.405 em 31/12/2016), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

e) Créditos Tributários não Ativados

Em 31/12/2017, o Banco possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 (R\$ 1.141.506 em 31/12/2016), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 (R\$ 456.602 em 31/12/2016), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas para o registro do referido crédito.

f) Encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes da tributação	321.862	(272.240)
Encargos / créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(144.838)	122.508
Cessão de crédito tributário	102.500	-
Outros valores	(21.062)	(5.109)
Diferença de alíquota entre as empresas	(15.169)	8.669
Imposto de renda e contribuição social	(78.569)	126.068

(1) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

16) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/12/2017	31/12/2016
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.010	4.997
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 Até 20,05	9.997	22.402
Total				14.007	27.399

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que estes são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

17) OUTROS ATIVOS

	31/12/2017	31/12/2016
Valores a receber por cessão de créditos	916.550	1.128.806
Depósitos judiciais e fiscais	280.307	266.922
Devedores diversos País	92.299	62.486
Valores a receber de sociedade ligadas	39.691	36.730
Relações interfinanceiras	25.185	16.576
Outros	50.470	50.474
Total	1.404.502	1.561.994

18) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E OUTROS

	31/12/2017	31/12/2016
Stone Pagamentos S.A. (1)(2)	-	48.609
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	379
Total	379	48.988

(1) Em 27/06/2016 o PAN aportou capital no montante de R\$ 12.360 na Stone Pagamentos S.A., a partir de ago/2016 o PAN passou a exercer influência significativa na empresa e desta forma começou a reconhecer tal investimento via equivalência patrimonial. O PAN possuía em 31/12/2016 participação de 10,10% neste investimento; e

(2) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229.000.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

19) ATIVO TANGÍVEL

a) Composição

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	43.843	(23.878)	19.965	27.305
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.467	(660)	807	912
Sistemas de processamento de dados	20%	23.939	(17.021)	6.918	9.621
Total em 31/12/2017		69.249	(41.559)	27.690	-
Total em 31/12/2016		71.585	(33.747)	-	37.838

b) Variações

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldos em 31/12/2016	27.305	912	9.621	37.838
Aquisições	393	42	1.503	1.938
Baixas	(2.118)	-	-	(2.118)
Depreciação	(5.615)	(147)	(4.206)	(9.968)
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	Total
Saldos em 31/12/2015	36.433	1.033	12.451	211	50.128
Aquisições	4.517	24	2.295	-	6.836
Baixas	(6.530)	(4)	(682)	(174)	(7.390)
Depreciação	(7.115)	(141)	(4.442)	(37)	(11.736)
Saldo em 31/12/2016	27.305	912	9.621	-	37.838

20) OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Composição

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	130.898	(90.054)	40.844	47.541
Total em 31/12/2017		130.898	(90.054)	40.844	-
Total em 31/12/2016		117.199	(69.658)	-	47.541



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Variações

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	47.541	58.811
Adições	18.381	18.663
Baixas	(2.667)	(2.095)
Amortização do exercício	(22.411)	(27.838)
Saldo do fim do exercício	40.844	47.541

21) DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	10.321.635	13.790.325
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	1.591.487	2.024.624
Depósitos interfinanceiros	8.730.148	11.765.701
Total	10.321.635	13.790.325

b) Prazo de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
Até 30 dias	9.769.396	13.593.975
De 31 a 90 dias	369.474	36.558
De 91 a 180 dias	44.174	5.820
De 181 a 360 dias	8.221	27.604
Acima de 360 dias	130.370	126.368
Total	10.321.635	13.790.325

22) DEPÓSITOS DE CLIENTES

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.925.405	2.568.833
Tipos:		
Depósitos à vista	25.439	54.762
Depósitos a prazo (1)	4.899.966	2.514.071
Total	4.925.405	2.568.833

(1) Objeto de *hedge* contábil (nota 9d).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Prazo de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
Sem vencimento	25.439	54.762
Até 30 dias	70.345	51.479
De 31 a 90 dias	164.354	5.691
De 91 a 180 dias	100.244	58.361
De 181 a 360 dias	256.427	161.388
Acima de 360 dias	4.308.596	2.237.152
Total	4.925.405	2.568.833

23) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1) (2) (3)	-	-	-	-	-	-	134.101
Total em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	-	-	2.038	132.063	-	134.101

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

(2) Objeto de *hedge* contábil (nota 9d); e

(3) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

24) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.249.555	3.155.708
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	1.329.117	1.721.091
Letras Financeiras – LF	812.593	1.170.627
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	103.631	256.377
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	4.214	7.613
Total	2.249.555	3.155.708

b) Prazo de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
Até 30 dias	118.583	558.526
De 31 a 90 dias	539.663	311.291
De 91 a 180 dias	380.766	383.848
De 181 a 360 dias	508.932	778.083
Acima de 360 dias	701.611	1.123.960
Total	2.249.555	3.155.708



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

25) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1):					
2020	10	US\$ 500.000	Taxa de 8,50% a.a.	1.585.191	1.576.844
Custos associados à emissão				(3.415)	(4.933)
Subtotal no Exterior				1.581.776	1.571.911
No País:					
2018 (2)	06	R\$ 10.000	100,0% CDI + 1,35% a.a.	19.152	17.190
2019 (3)	06	R\$ 100.000	100,0% IPCA + 5,60% a.a.	169.895	156.631
2019 (4)	05	R\$ 500	111% CDI	757	681
Subtotal no País				189.804	174.502
Total				1.771.580	1.746.413

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017 (receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (nota 9d);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

b) Variações

No Exterior	31/12/2017	31/12/2016
Saldos do início do exercício	1.571.911	2.196.731
Juros	122.704	120.459
Amortização	-	(135.783)
Pagamento de Juros	(122.351)	(138.843)
Variação cambial	22.337	(316.837)
MTM	(14.343)	(155.334)
Custo associado à emissão	1.518	1.518
Saldos do fim do exercício	1.581.776	1.571.911

No País	31/12/2017	31/12/2016
Saldos do início do exercício	174.502	154.752
Juros	15.302	19.750
Saldos do fim do exercício	189.804	174.502



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

26) PROVISÕES

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	294.968	222.741
Processos trabalhistas	381.513	188.330
Processos tributários	23.178	11.538
Total	699.659	422.609

b) Variações

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609
Baixas	(125.223)	(111.841)	(284)	(237.348)
Constituições líquidas de reversões	197.450	305.024	11.924	514.398
Saldo em 31/12/2017	294.968	381.513	23.178	699.659

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	153.638	132.741	17.317	303.696
Baixas	(101.579)	(102.669)	(12)	(204.260)
Constituições líquidas de reversões	170.682	158.258	(5.767)	323.173
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda resultado de diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais antes do julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação de embargos de declaração.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Processos ainda em fase de julgamentos na esfera administrativa. Os processos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.446. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

27) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2017	31/12/2016
Operações com cartões de crédito	671.099	665.762
Provisão para pagamentos a efetuar	538.886	492.834
Arrecadação de cobrança	122.177	77.501
Obrigações fiscais e previdenciárias	36.781	46.854
Negociação e intermediação de valores	5.923	33.390
Valores a pagar a sociedades ligadas	15.250	20.190
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.761	15.142
Valores específicos de consórcio	7.831	4.080
Outros	204.203	91.543
Total	1.608.911	1.447.296

28) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2017 e 31/12/2016. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

Em 06/11/2017, o Conselho de Administração do PAN aprovou aumento do Capital Social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

O Aumento de Capital tem como objetivo: (i) amparar o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia, fortalecendo o compromisso dos acionistas controladores, BTG Pactual e CaixaPar, em dar suporte à Companhia para execução de seu plano de negócios.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Demais informações estão descritas na nota explicativa 41c.

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio no exercício findo de 31/12/2017.

	31/12/2017	% (1)
Lucro líquido societário	212.606	
Prejuízo acumulado de exercício anterior	(34.311)	
Resultado antes da reserva legal	178.295	
(-) Reserva Legal	(8.915)	
Base de cálculo	169.380	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	69.800	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(10.470)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	59.330	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

d) Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação

O lucro/prejuízo por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	243.293	(146.174)
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	243.293	(146.174)
Número Médio Ponderado de ações ordinárias em circulação (mil)	535.029	535.029
Lucro/Prejuízo por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	0,45	(0,27)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

29) RECEITA LÍQUIDA COM JUROS

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.678.850	4.892.657
Lucro nas cessões de crédito (nota 12d)	3.033.862	2.133.119
Títulos e valores mobiliários	217.850	295.930
Títulos emprestados a operações compromissadas	76.682	161.165
Outras	94.570	231.923
Total de receitas com juros	8.101.814	7.714.794
Despesas com juros e similares		
Depósitos de instituições financeiras	(1.191.234)	(1.563.096)
Recurso de emissão de títulos	(261.718)	(503.181)
Depósitos de clientes	(610.191)	(402.049)
Títulos tomados em empréstimos e operações compromissadas	(140.625)	(302.397)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(43.242)	(42.568)
Operações de arrendamento mercantil	(5.550)	(19.323)
Títulos e valores mobiliários	(954)	(4.063)
Variações cambiais líquidas (1)	(17.252)	302.042
Dívidas subordinadas	(125.901)	15.812
Outras	(91.983)	(177.767)
Total de despesas com juros	(2.488.650)	(2.696.590)
Total	5.613.164	5.018.204

(1) Contempla variações cambiais de ativos e passivos.

30) RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

	31/12/2017	31/12/2016
Cartões de crédito	122.035	120.725
Avaliação de Bens	56.928	78.772
Comissão / intermediação	64.203	61.959
Administração de consórcios	24.163	24.748
Outras	4.849	11.088
Total	272.178	297.292

31) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2017	31/12/2016
Proventos	284.510	303.764
Encargos sociais	87.479	106.166
Benefícios (Nota 37)	67.010	71.222
Honorários (Nota 36b)	21.260	24.892
Outros	3.313	2.771
Total	463.572	508.815



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

32) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017	31/12/2016
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.194.461	1.232.438
Serviços de terceiros	229.419	228.483
Serviços do sistema financeiro	161.707	153.169
Processamento de dados	172.512	140.334
Aluguéis	45.287	51.328
Comunicações	44.325	49.576
Despesas com busca e apreensão de bens	39.534	28.767
Propaganda, promoções e publicidade	23.538	19.777
Taxas e emolumentos	8.749	7.603
Viagens	4.197	6.111
Transporte	5.633	5.033
Manutenção e conservação de bens	4.976	4.904
Materiais de consumo	746	703
Outras	118.578	104.741
Total	2.053.662	2.032.967

33) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição à COFINS	162.257	162.465
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	17.316	29.383
Contribuição ao PIS	26.495	27.161
Impostos e taxas	13.932	16.112
Total	220.000	235.121

34) PROVISÕES (LÍQUIDAS)

	31/12/2017	31/12/2016
Riscos tributários / fiscais	(11.930)	5.767
Riscos cíveis	(197.452)	(170.596)
Riscos trabalhistas	(305.016)	(158.465)
Total	(514.398)	(323.294)

35) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de encargos e despesas	142.154	100.027
Despesa de cessão de operações de crédito	(1.268.734)	(505.108)
Variação monetária ativa/passiva	(18.813)	(191.081)
Gravames	(18.715)	(23.851)
Prejuízo com operações de crédito / financiamento e fraudes	(13.775)	(18.553)
Outras	(102.798)	(88.895)
Total	(1.280.681)	(727.461)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

36) PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da instituição incluem partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto e aqueles em que a instituição é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada da instituição.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
			Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
			(Passivo)	(Passivo)	(Despesas)	(Despesas)
Disponibilidades (a)						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	1.155	10.320	-	-
Total			1.155	10.320	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (b)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	85.704	-	6.132	5.327
Caixa Econômica Federal	Controlador	01/07/2016	-	-	3.836	5.647
Total			85.704	-	9.968	10.974
Cessão de crédito (c)						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	916.550	1.128.806	-	-
Total			916.550	1.128.806	-	-
Outros Ativos						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	29/12/2017	-	-	1.269	-
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	33.886	30.053	-	-
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	5.783	6.583	-	-
Panamericana Adm. E Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	Ligada	Sem prazo	22	13	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	-	78	-	-
Total			39.691	36.727	1.269	-
Depósitos de clientes (d)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	(324)	(340)	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	Ligada	Sem prazo	(8)	(154)	-	-
Pessoal chave da administração		Sem prazo	(62)	(1)	-	-
Total			(394)	(495)	-	-
Depósitos de instituições financeiras (e)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	02/01/2017	(400.058)	(435.077)	(79.069)	(66.077)
Caixa Econômica Federal	Controlador	26/01/2017	(8.118.981)	(11.231.214)	(1.094.817)	(1.484.658)
Total			(8.519.039)	(11.666.291)	(1.173.886)	(1.550.735)
Depósitos de clientes (f)						
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	Ligada	23/11/2018	(23.099)	(29.815)	(3.402)	(3.003)
Banco BTG Pactual S.A.	Ligada	19/07/2018	(27.171)	-	(532)	(13)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Pessoal chave da administração		27/05/2019	(2.751)	-	(119)	-
Total			(53.021)	(29.815)	(4.053)	(3.016)
Derivativos						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	02/01/2017	-	(527.189)	(35.653)	(72.086)
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	(900.119)	-	(1.328)	(477)
Total			(900.119)	(527.189)	(36.981)	(72.563)
Recursos de emissão de títulos (g)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	13/08/2018	(49.336)	(161.299)	(7.235)	(37.080)
Pessoal chave da administração		04/02/2021	(34.924)	(37.845)	(3.390)	(4.525)
Total			(84.260)	(199.144)	(10.625)	(41.605)
Derivativos (h)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	15/02/2022	(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Total			(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Outros Passivos						
PAN Seguros	Ligada	Sem prazo	(15.250)	(19.927)	-	-
Total			(15.250)	(19.927)	-	-
Receitas de tarifas e comissões (i)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	63.417	58.081
Total			-	-	63.417	58.081
Despesa de pessoal (j)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	(292)	(395)
Total			-	-	(292)	(395)
Outras despesas administrativas						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	(16.287)	(4.178)
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	-	(1.702)	(271)
BTG Pactual Corretora	Ligada	Sem prazo	-	-	(115)	(115)
Tecban S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	(1.490)	(1.362)
Câmara Interbancária de Pagamentos	Ligada	Sem prazo	-	-	(23.217)	(9.712)
Total			-	-	(42.811)	(15.638)
Resultado obtido na cessão de créditos tributários						
Banco BTG Pactual S.A. (d)	-	Sem prazo	-	102.500	-	-
Total			-	102.500	-	-
Receitas com juros e similares						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	-	2.859.668	2.104.548
Total			-	-	2.859.668	2.104.548

(a) Referem-se as contas corrente das empresas PAN Holding S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;

(h) Referem-se às operações de swap;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- (i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios; e
 (j) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores.

b) Remuneração dos administradores:

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28/04/2017 e 24/11/2017 foram aprovadas a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2017, no montante de até R\$ 28.400 (R\$ 60.000 no exercício de 2016).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários (Nota 31)	21.260	24.892
Contribuição ao INSS	4.784	5.601
Total	26.044	30.493

(1) Registrados na rubrica de "Despesas de Pessoal".

O Banco não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

37) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2017 a R\$ 67.010 (R\$ 71.222 no exercício de 31/12/2016).

38) ATIVOS OFERECIDOS EM GARANTIA

	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos de dívida:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	686.262	361.592
Letras do Tesouro Nacional – LTN	191.773	782.181
Notas do Tesouro Nacional – NTN	193.399	175.474
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.206	14.480
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	100
Total	1.073.640	1.333.827

39) GARANTIAS PRESTADAS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS

O “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (*notional*) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2017	31/12/2016
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	(277.580)	(278.756)
Depositários de valores em custódia	(1.605)	(14.926)
Total de garantias prestadas	(279.185)	(293.682)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro, portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

40) SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Consórcios;
- Securitização;
- Promotora de Vendas; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, motocicletas e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários.

O segmento de Promotora de Vendas constitui a atuação como correspondente bancário do Banco.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As demonstrações de resultado sintéticas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:

	31/12/2017					
	Financeiro	Consórcios	Securiti- zação	Promotora de Vendas	Outros	EL
Receitas com juros e similares	8.030.501	3.892	55.575	22.974	12.471	
Despesas com juros e similares	(2.488.874)	-	(23.375)	-	-	
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	5.541.627	3.892	32.200	22.974	12.471	
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.102.237)	-	(3.361)	-	-	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	265.205	-	-	-	6.754	
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	4.704.595	3.892	28.839	22.974	19.225	
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	(294.373)	-	(22.083)	15	-	
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	496	-	(11.303)	15	-	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(294.869)	-	(10.780)	-	-	
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	1.983	-	-	-	-	
Receitas de tarifas e comissões	247.576	24.188	1.011	-	-	
Despesas administrativas	(2.484.696)	(15.441)	(14.241)	(2.099)	(1.354)	
Despesas de pessoal	(458.037)	(1.732)	(3.617)	(186)	-	
Outras despesas administrativas	(2.026.659)	(13.709)	(10.624)	(1.913)	(1.354)	
Depreciações e amortizações	(32.336)	(43)	-	-	-	
Despesas tributárias	(208.559)	(2.946)	(5.938)	(1.222)	(1.335)	
Provisões (líquidas)	(499.081)	(4.073)	(1.609)	(10.208)	573	
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.271.546)	(1.734)	10.326	(637)	155	
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	152.612	-	(406)	-	96	
Resultado de participação em coligadas	(2.993)	-	-	-	-	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	313.182	3.844	(4.101)	8.823	17.361	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2016					
	Financeiro	Consórcios	Securiti- zação	Promotora de Vendas	Outros	El
Receitas com juros e similares	7.581.965	1.835	104.256	34.554	16.792	
Despesas com juros e similares	(2.684.500)	-	(36.692)	(6)	-	
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	4.897.465	1.835	67.564	34.548	16.792	
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.053.458)	-	-	-	-	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	228.680	-	-	-	-	
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	4.072.687	1.835	67.564	34.548	16.792	
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	(788.609)	-	(47.450)	-	-	
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	84	-	(4.238)	-	-	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(788.693)	-	(43.212)	-	-	
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	7.716	-	-	-	-	
Receitas de tarifas e comissões	269.128	24.764	1.939	161.650		
Despesas administrativas	(2.524.893)	(29.918)	(22.796)	(123.756)	(608)	
Despesas de pessoal	(394.829)	(4.171)	(10.717)	(99.098)	-	
Outras despesas administrativas	(2.130.064)	(25.747)	(12.079)	(24.658)	(608)	
Depreciações e amortizações	(36.266)	(36)	-	(3.272)	-	
Despesas tributárias	(200.041)	(2.878)	(7.197)	(23.945)	(1.060)	
Provisões (líquidas)	(265.157)	557	(74)	(57.033)	(1.587)	
Outras receitas (despesas) operacionais	(736.562)	(247)	4.283	69	1.727	
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(65.875)	-	70	(715)	-	
Resultado de participação em coligadas	(863)	-	-	-	-	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(268.735)	(5.923)	(3.661)	(12.454)	15.264	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Financeiro	Consórcios	Securiti zação	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Total de ativos em 31/12/2017	26.329.940	65.297	229.714	222.940	168.030	(878.838)	26.137.083
Total de passivos em 31/12/2017	22.476.038	20.229	18.842	9.395	4.389	(250.482)	22.278.411
Total de ativos em 31/12/2016	27.842.277	54.051	398.187	215.151	164.464	(898.073)	27.776.057
Total de passivos em 31/12/2016	24.157.953	11.418	184.108	12.805	9.817	(284.367)	24.091.734

b) Em 31/10/2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. (“Stone”) mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas com a DLP Pagamentos Brasil S.A. (“DLP”). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000 (duzentos e vinte e nove milhões de reais);

- c) Foi aprovado Aumento de Capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado e sem a necessidade de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de 212.765.958 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentas e cinquenta e oito) novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações atualmente existentes, sendo 122.530.888 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 90.235.070 (noventa milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setenta) ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da Companhia (“Aumento de Capital”).

O preço de emissão descrito no item acima foi fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”), levando-se em consideração a média das cotações das ações preferenciais da Companhia nos pregões realizados nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à convocação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia que aprovou o Aumento de Capital, ou seja, entre 02/08/2017, exclusive, e 31/10/2017, inclusive. As ações emitidas em virtude do Aumento de Capital deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em dinheiro.

O valor total da emissão terá a seguinte destinação: (i) 10% (dez por cento) do valor da emissão das ações ordinárias serão destinados à conta do capital social da Companhia e os 90% (noventa por cento) remanescentes serão destinados à conta de reserva de capital; (ii) a integralidade do valor da emissão das ações preferenciais será destinada à conta do capital social.

A acionista Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“CaixaPar”) cedeu ao acionista Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), todos os seus direitos de subscrição de ações ordinárias e preferenciais, incluindo, sem limitação, o direito à reserva de sobras e eventuais sobras de sobras, na proporção que detinha.

O acionista BTG Pactual garantiu a subscrição integral das ações relacionadas à sua própria participação no capital social, à Cessão de Direitos CaixaPar, assim como a todas as sobras, ou, ainda, às sobras de sobras necessárias para que o valor total da emissão seja integralmente subscrito e integralizado (“Garantia de Subscrição Integral BTG”).

Os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia subscritas e integralizadas no âmbito do Aumento de Capital.

Homologação do Aumento de Capital

O Aumento de Capital foi submetido à homologação do Banco Central do Brasil (“BCB”), nos termos da regulamentação aplicável.

As novas ações emitidas serão creditadas e incluídas na posição dos acionistas em até 3 (três) dias úteis após a homologação do Aumento de Capital pelo BACEN. Caso não haja homologação do Aumento de Capital pelo BACEN, o valor até o momento integralizado pelos acionistas da Companhia será devolvido pelo Banco Pan, sem correção monetária, em até 5 (cinco) dias úteis após decisão administrativa final da qual não caiba recurso.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), foram aprovadas pela Diretoria em 26/03/2018.

A DIRETORIA

CONTADOR

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária do Banco PAN em 31/12/2017:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Mercado	8	-	179.246.347	45,49	179.246.355	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
10. CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
12. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2017, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 07/02/2018.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2017	31/12/2016
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. (1)	-	100,00
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (2)	-	-

(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017); e

(2) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 20/12/2016 (aprovado pelo BACEN em 28/06/2017).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)



- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigação e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward* – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados nas notas 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

No exercício encerrado em 31/12/2017, o valor lançado para despesa no ato da originação foi de R\$ (432.980) e em 31/12/2016 foi de R\$ (304.727) relativo a 2/3 das comissões.

j) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**a) Balanço Patrimonial Consolidado:**

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)	Eliminações (8)
Circulante	11.874.858	4.908	60.284	21.026	32.368	(19.819)
Realizável a longo prazo	13.345.609	60.157	167.609	198.585	135.662	(230.663)
Permanente	801.114	232	1.821	3.329	-	(622.756)
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	222.940	168.030	(873.238)
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)	Eliminações (8)
Circulante	15.091.262	9.516	12.629	3.575	1.636	(17.943)
Exigível a longo prazo	7.374.404	10.713	6.213	12.970	2.753	(229.320)
Resultado de exercícios futuros	92	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	3.555.824	45.068	210.872	206.395	163.641	(625.976)
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	222.940	168.030	(873.238)
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)	Eliminações (8)
- Receitas da intermediação financeira	7.754.356	3.892	3.627	22.847	19.226	(23.600)
- Despesas da intermediação financeira	(3.547.161)	-	(1.352)	-	-	23.600
Resultado bruto da intermediação financeira	4.207.195	3.892	2.275	22.847	19.226	-
- Outras receitas/despesas operacionais	(4.129.449)	(48)	(5.969)	(14.025)	(1.960)	-
- Resultado de equivalência patrimonial	14.255	-	-	-	-	(17.248)
- Resultado não operacional	152.613	-	(406)	-	96	-
- Provisão para IR e CSLL	(32.008)	(1.289)	1.394	(2.882)	(5.903)	-
Resultado Líquido em 31/12/2017	212.606	2.555	(2.706)	5.940	11.459	(17.248)
Resultado Líquido em 31/12/2016	(237.238)	(3.939)	(2.342)	(7.901)	10.912	3.270

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(2) A empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017);

(3) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(5) Representado pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;

(6) A empresa Panserv Prestadora de Serviços Ltda. foi incorporada pelo Banco PAN em 20/12/2016 (aprovado pelo BACEN em 28/06/2017);

(7) Representado pela empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e

(8) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

a) Composição e prazos.

Notas Explicativas

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	695	-	-	-	-	695	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	504.069	-	-	-	-	504.069	162.615
Subtotal	504.764	-	-	-	-	504.764	162.615
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Subtotal	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.260	-	6.536	1.945	-	15.741	756.288
Total em 31/12/2017	1.024.502	-	6.536	1.945	-	1.032.983	-
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	-	1.648.084

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	695	-	-	-	-	695	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	504.069	-	-	-	-	504.069	162.615
Subtotal	504.764	-	-	-	-	504.764	162.615
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Subtotal	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.260	-	6.536	1.945	-	15.741	80.587
Total em 31/12/2017	1.024.502	-	6.536	1.945	-	1.032.983	-
Total em 31/12/2016	-	913.705	838	52.292	5.548	-	972.383

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2017 e em 31/12/2016, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Carteira própria:	265.050	379.251	534.275	657.730
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	403	2.411
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	268.823	266.011
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	87.599	196.015	87.598	206.045
Letras do Tesouro Nacional – LTN	106.436	140.080	106.436	140.080
Notas do Tesouro Nacional – NTN	70.673	42.822	70.673	42.822
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	334	342	334
Cota de fundo de investimento	-	-	-	27
Vinculados a compromisso de recompra:	1.071.434	1.319.247	1.071.434	1.319.247
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	686.262	361.592	686.262	361.592
Letras do Tesouro Nacional – LTN	191.773	782.181	191.773	782.181
Notas do Tesouro Nacional – NTN	193.399	175.474	193.399	175.474
Vinculados ao Banco Central:	-	-	-	51.151
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (1)	-	-	-	51.151
Vinculados à prestação de garantias:	107.225	131.231	109.432	249.108
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	107.225	92.742	107.226	133.847
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	38.489	-	38.489
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	62.192
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	2.206	14.480
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	-	100
Total de títulos e valores mobiliários	1.443.709	1.829.729	1.715.141	2.277.236
Instrumentos financeiros derivativos:	171.367	177.839	171.367	161.373
Diferenciais a receber de “swap”	171.366	177.839	171.366	161.373
Opções	1	-	1	-
Total	1.615.076	2.007.568	1.886.508	2.438.609

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital da empresa Pan Arrendamento Mercantil, que foi homologado pelo BACEN em 25/01/2017 para a data-base 31/12/2016 (Nota 13a).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Composição por categorias e prazos Individual e Consolidado:

Banco	31/12/2017						Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Títulos para negociação								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	251	27.235	-	27.486	27.463	
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	4.894	16.714	-	-	21.608	21.041	
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	1.663	1.663	1.662	
Total de títulos para negociação	-	4.894	16.965	27.235	1.663	50.757	50.166	
Títulos disponíveis para venda								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	733	401.886	435.619	15.362	853.600	853.334	
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	40	40	40	
Total de títulos disponíveis para venda	-	733	401.886	435.619	15.402	853.640	853.374	
Títulos mantidos até o vencimento								
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	99.932	176.669	-	-	276.601	276.601	
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	222.865	30.299	9.205	-	262.369	262.369	
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	
Total de títulos mantidos até o vencimento	342	322.797	206.968	9.205	-	539.312	539.312	
Total	342	328.424	625.819	472.059	17.065	1.443.709	1.442.852	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	31/12/2017					Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Títulos para negociação:							
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	251	27.235	-	27.486	27.463
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	4.894	16.714	-	-	21.608	21.043
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	1.663	1.663	1.663
Total de títulos para negociação	-	4.894	16.965	27.235	1.663	50.757	50.169
Títulos disponíveis para venda:							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	733	401.886	435.619	15.362	853.600	853.334
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	40	40	40
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	39	2.570	-	-	2.609	2.609
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	23.332	245.491	-	-	268.823	289.351
Total de títulos disponíveis para venda	-	24.104	649.947	435.619	15.402	1.125.072	1.145.333
Títulos mantidos até o vencimento:							
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	99.932	176.669	-	-	276.601	276.601
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	222.865	30.299	9.205	-	262.369	262.369
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342
Total de títulos mantidos até o vencimento	342	322.797	206.968	9.205	-	539.312	539.312
Total	342	351.795	873.880	472.059	17.065	1.715.141	1.734.811

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados nos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis, o valor de mercado foi determinado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos disponíveis para venda”. Quando o valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 15.565 (31/12/2016 – superior em R\$ 10.722); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter as aplicações em sua categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Notas Explicativas

Subtotal posição líquida	-	(31.276)	28.727	(60.003)	-	32.105	118.606	(86.501)
Contratos futuros	-	240	240	-	-	1.135	1.135	-
Posição ativa	13.604.787	2.700	2.700	-	6.907.243	2.535	2.535	-
Posição passiva	13.604.787	(2.460)	(2.460)	-	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-
Total		(31.036)	28.967	(60.003)		33.240	119.741	(86.501)

Consolidado	31/12/2017				31/12/2016			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	18.090.441	171.367	162.086	9.281	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)
Swap	5.700.441	171.366	161.886	9.480	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)
Opções a exercer	12.390.000	1	200	(199)	-	-	-	-
Posição passiva:	18.085.441	(202.643)	(133.359)	(69.284)	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)
Swap	5.700.441	(202.642)	(133.309)	(69.333)	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)
Opções Lançadas	12.385.000	(1)	(50)	49	-	-	-	-
Subtotal posição líquida	-	(31.276)	28.727	(60.003)	-	15.639	105.474	(89.835)
Contratos futuros	-	240	240	-	-	1.135	1.135	-
Posição ativa	13.604.787	2.700	2.700	-	6.907.243	2.535	2.535	-
Posição passiva	13.604.787	(2.460)	(2.460)	-	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-
Total		(31.036)	28.967	(60.003)		16.774	106.609	(89.835)

Opções	24.775.000	-	-	-	-	24.775.000	-
Compra Opç Venda	12.390.000	-	-	-	-	12.390.000	-
Venda Opç Venda	12.385.000	-	-	-	-	12.385.000	-
Contratos futuros	1.447.141	38.879	962.096	1.936.232	9.220.439	13.604.787	6.907.243
DDI	9.919	9.866	29.484	34.192	143.692	227.153	274.849
DI	1.434.741	-	932.612	1.902.040	9.076.747	13.346.140	6.611.095
Dólar	2.481	29.013	-	-	-	31.494	21.299
Total	26.746.472	59.517	1.783.824	2.309.971	13.180.444	44.080.228	9.854.710

Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Swap	524.331	20.638	821.728	373.739	3.960.005	5.700.441	2.809.883
Dólar x CDI	-	-	49.532	47.819	1.016.126	1.113.477	1.167.106
CDI x Dólar	-	-	-	-	1.705	1.705	32.056
CDI x Pré	524.331	-	772.196	325.920	2.942.174	4.564.621	1.433.477
Pré x Dólar	-	20.638	-	-	-	20.638	35.260
Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	-	-	79.770
Opções	24.775.000	-	-	-	-	24.775.000	-
Compra Opç Venda	12.390.000	-	-	-	-	12.390.000	-
Venda Opç Venda	12.385.000	-	-	-	-	12.385.000	-
Contratos futuros	1.447.141	38.879	962.096	1.936.232	9.220.439	13.604.787	6.907.243
DDI	9.919	9.866	29.484	34.192	143.692	227.153	274.849
DI	1.434.741	-	932.612	1.902.040	9.076.747	13.346.140	6.611.095
Dólar	2481	29.013	-	-	-	31.494	21.299
Total	26.746.472	59.517	1.783.824	2.309.971	13.180.444	44.080.228	9.717.126

e) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CETIP (balcão)	5.700.441	2.947.467	5.700.441	2.809.883
B3 S.A (bolsa)	38.379.787	6.907.243	38.379.787	6.907.243
Total	44.080.228	9.854.710	44.080.228	9.717.126

Contrapartes: Em 31/12/2017 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 87,07% (85,26%), Instituições Financeiras 12,88% (14,72%), e outros 0,05% (0,02%).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

f) **Hedge Contábil – Valor de Mercado:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos Financeiros				
Posição Ativa	2.460.546	2.158.530	2.460.546	2.289.204
Swap - Dólar (1)	1.766.600	1.805.442	1.766.600	1.805.442
Futuros DDI B3 S.A. - Dólar (1) (4)	-	-	-	66.144
Swap - Dólar (1) (4)	-	-	-	64.530
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (2)	693.946	353.088	693.946	353.088
Posição Passiva	(9.189.705)	(3.700.766)	(9.189.705)	(3.700.766)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	(1.161.696)	(1.760.994)	(1.161.696)	(1.760.994)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (3)	(8.028.009)	(1.939.772)	(8.028.009)	(1.939.772)
Objeto de Hedge				
Posição Ativa	6.936.653	3.137.864	6.936.653	3.137.864
Operações de Crédito (3)	6.936.653	3.137.864	6.936.653	3.137.864
Posição Passiva	(2.269.978)	(1.924.936)	(2.269.978)	(2.059.037)
Dívidas Subordinadas no Exterior	(1.585.191)	(1.576.844)	(1.585.191)	(1.576.844)
Empréstimos no Exterior (1) (4)	-	-	-	(134.101)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(684.787)	(348.092)	(684.787)	(348.092)

(1) Utilizado como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto com o BID;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo;

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal; e

(4) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

g) **Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	Banco			Consolidado		
	31/12/2017			31/12/2017		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	582.456	(682.086)	(99.630)	582.155	(692.565)	(110.410)
Opções	2.826	(4.264)	(1.438)	2.826	(4.264)	(1.438)
Futuro	1.311.509	(1.505.310)	(193.801)	1.311.509	(1.505.310)	(193.801)
Total em 31/12/2017	1.896.791	(2.191.660)	(294.869)	1.896.490	(2.202.139)	(305.649)
Total em 31/12/2016	2.299.355	(3.088.048)	(788.693)	2.256.616	(3.088.521)	(831.905)

h) **Resultado com títulos e valores mobiliários:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Títulos de renda fixa	178.287	236.356	210.476	302.266
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	112.535	234.561	76.682	161.165
Total	290.822	470.917	287.158	463.431

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				31/12/2017	
	31/12/2017		31/12/2016		Valor	%
	Valor	%	Valor	%		
Crédito direto ao consumidor (1)	5.904.742	32,15	5.228.802	29,74	5.904.742	
Empréstimo em consignação (1)	6.978.491	37,99	7.060.546	40,16	6.978.491	
Capital de giro	846.915	4,61	1.467.984	8,35	846.915	
Financiamentos à exportação	328.497	1,79	524.382	2,98	328.497	
Financiamentos habitacionais (2)	355.679	1,93	1.756	0,01	355.679	
Financiamento a titulares de cartões de crédito (3)	1.561.446	8,51	1.416.649	8,06	1.561.446	
Empréstimos com garantia imobiliária (2)	527.441	2,87	-	-	527.441	
Créditos vinculados à cessão (4)	159.643	0,87	350.438	1,99	159.643	
Financiamentos de empreendimentos imobiliários (2)	73.371	0,41	-	-	73.371	
Crédito pessoal (1)	1.384	0,01	14.489	0,08	1.384	
Renegociações	97.601	0,52	78.373	0,46	97.601	
Operações de arrendamento mercantil (5)	-	-	-	-	222	
Conta garantida	547.716	2,98	425.514	2,42	547.716	
Total das operações de crédito	17.382.926	94,64	16.568.933	94,25	17.383.148	
Outros créditos (6)	916.819	4,99	838.371	4,77	916.819	
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (7)	67.143	0,37	172.740	0,98	67.143	
Total	18.366.888	100,00	17.580.044	100,00	18.367.110	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	138.771	-	165.273	-	138.771	
Carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	18.505.659	-	17.745.317	-	18.505.881	100,00

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages, o que aumentou o saldo da carteira própria no montante de R\$ 1.19

(3) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(4) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação;

(5) Registrado a valor presente;

(6) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(7) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2017 - BANCO PAN SA

Notas Explicativas

Acima de 365	-	594.083	233.293	209.450	96.211	53.702	39.470	30.658	154.899	1.411.766	1.098.002
Parcelas Vencidas	-	67.793	59.247	62.876	130.228	195.792	190.317	64.976	375.117	1.136.338	965.240
01 a 14	-	60.614	5.142	8.941	5.516	2.106	10.865	1.112	5.111	99.407	94.301
15 a 30	-	7.179	49.174	10.789	19.056	2.440	1.803	1.368	8.938	100.747	92.455
31 a 60	-	-	4.931	37.440	50.770	8.376	3.331	2.858	14.780	122.486	121.400
61 a 90	-	-	-	4.150	32.235	8.465	3.542	2.942	26.108	77.442	147.821
91 a 180	-	-	-	1.556	5.289	48.007	99.553	31.843	52.011	238.259	216.948
181 a 365	-	-	-	0	402	16.027	3.427	6.818	240.466	267.140	292.315
Acima de 365	-	-	-	0	6.952	110.371	67.796	18.035	27.703	230.857	-
Subtotal	-	1.084.132	478.394	443.489	299.964	300.473	262.780	121.611	658.457	3.649.300	3.241.523
Provisão Requerida	-	5.421	4.784	13.305	29.997	90.142	131.390	85.128	658.457	1.018.624	892.153

	Níveis de risco											
	Operações em curso normal										Total em 31/12/2017	Total em 31/12/2016
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	13.504.977	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821		14.717.588	14.338.521
01 a 30	-	1.856.937	26.378	30.208	82.291	9.404	29.083	411	3.675		2.038.387	1.859.174
31 a 60	-	536.870	22.398	11.243	14.112	43.821	10.638	238	1.270		640.590	585.096
61 a 90	-	471.648	31.426	7.398	2.634	436	881	157	945		515.525	504.156
91 a 180	-	1.247.829	86.127	50.394	70.374	3.063	14.528	483	1.884		1.474.682	1.459.618
181 a 365	-	2.020.627	132.317	84.825	31.024	6.823	1.862	691	1.921		2.280.090	2.380.679
Acima de 365	-	7.371.066	207.444	99.580	35.266	8.132	10.743	14.957	21.126		7.768.314	7.549.798
Subtotal	-	13.504.977	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821		14.717.588	14.338.521
Provisão Requerida	-	67.525	5.061	8.509	23.570	21.503	33.868	11.855	30.821		202.712	154.706
Total (1)	-	14.589.109	984.484	727.137	535.665	372.152	330.515	138.548	689.278		18.366.888	17.580.044
Total Provisão	-	72.946	9.845	21.814	53.567	111.645	165.258	96.983	689.278		1.221.336	1.046.859

01 a 14	-	60.614	5.142	8.944	5.516	2.111	10.865	1.112	5.111	99.415	130.883
15 a 30	-	7.179	49.174	10.789	19.056	2.440	1.803	1.368	8.938	100.747	114.163
31 a 60	-	-	4.931	37.442	50.776	8.381	3.331	2.858	14.780	122.499	197.784
61 a 90	-	-	-	4.150	32.241	8.470	3.542	2.942	26.108	77.453	148.997
91 a 180	-	-	-	1.556	5.289	48.013	99.553	31.862	52.011	238.284	292.502
181 a 365	-	-	-	-	402	16.027	3.427	6.818	240.468	267.142	359.583
Acima 365	-	-	-	-	6.952	110.371	67.796	18.035	27.703	230.857	-
Subtotal	-	1.084.132	478.394	443.498	300.017	300.553	262.780	121.630	658.459	3.649.463	3.878.127
Provisão Requerida	-	5.421	4.784	13.305	30.003	90.166	131.390	85.141	658.459	1.018.669	1.051.222

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2017	Total em 31/12/2016
Parcelas Vincendas	-	13.505.036	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.647	15.039.519
01 a 30	-	1.856.951	26.378	30.208	82.291	9.404	29.083	411	3.675	2.038.401	1.911.502
31 a 60	-	536.883	22.398	11.243	14.112	43.821	10.638	238	1.270	640.603	610.479
61 a 90	-	471.652	31.426	7.398	2.634	436	881	157	945	515.529	543.898
91 a 180	-	1.247.838	86.127	50.394	70.374	3.063	14.528	483	1.884	1.474.691	1.578.459
181 a 365	-	2.020.646	132.317	84.825	31.024	6.823	1.862	691	1.921	2.280.109	2.491.413
Acima de 365	-	7.371.066	207.444	99.580	35.266	8.132	10.743	14.957	21.126	7.768.314	7.903.768
Subtotal	-	13.505.036	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.647	15.039.519
Provisão Requerida	-	67.525	5.061	8.509	23.570	21.503	33.868	11.855	30.821	202.712	172.701
Total (1)	-	14.589.168	984.484	727.146	535.718	372.232	330.515	138.567	689.280	18.367.110	18.917.646
Total Provisão	-	72.946	9.845	21.814	53.573	111.669	165.258	96.996	689.280	1.221.381	1.223.923

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽¹⁾:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do período	1.071.651	954.613	1.248.715	1.070.436
- Saldo oriundo de Incorporação (2)	209.422	-	-	-
- Constituição/reversão de provisão	1.056.769	985.630	1.119.812	1.118.428
- Baixas contra a provisão	(1.071.804)	(868.592)	(1.102.443)	(940.149)
Saldo do fim do período	1.266.038	1.071.651	1.266.084	1.248.715
- Créditos recuperados (1)(3)	259.963	200.789	271.959	228.680
- Efeito no resultado (4)	(797.070)	(784.841)	(848.117)	(889.748)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios (Nota 21b);

(2) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN;

(3) No exercício findo em 31/12/2017, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 271.959 (sendo R\$ 259.963 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 510 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 6.755 de recuperação de crédito na Brazilian Finance e R\$ 4.731 de recuperação de créditos imobiliários na Brazilian Mortgages); e

(4) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco				31/12/2016	31/12/2017
	31/12/2017		31/12/2016			
	Valor	%	Valor	%		
Pessoa Física	15.924.109	86,71	14.568.685	82,87	15.924.109	
Agroindústria	240.085	1,31	498.061	2,83	240.085	
Açúcar e Etanol	118.589	0,65	182.903	1,04	118.589	
Agronegócio e Proteína Animal	121.496	0,66	315.158	1,79	121.496	
Comércio	385.709	2,11	586.445	3,34	385.709	
Atacado e Varejo	385.709	2,11	586.445	3,34	385.709	
Indústrias de Base	191.814	1,03	283.179	1,61	191.814	
Autopeças	12.072	0,06	16.382	0,09	12.072	
Indústria Química	9.380	0,05	23.103	0,13	9.380	
Outras Indústrias	84.821	0,46	147.288	0,84	84.821	
Papel e Celulose	64.942	0,35	68.522	0,39	64.942	
Têxtil	20.599	0,11	27.884	0,16	20.599	
Serviços	1.625.171	8,84	1.643.674	9,35	1.625.393	
Construção e Incorporação	906.967	4,94	803.443	4,57	906.967	
Financeiros	141.823	0,77	137.020	0,78	141.823	
Locação de Veículos	18.591	0,11	22.003	0,13	18.591	
Mídia, TI e Telecom	4.792	0,03	2.327	0,01	4.792	
Outros Serviços	411.091	2,22	480.411	2,73	411.313	
Saúde, Segurança e Educação	5.750	0,02	35.435	0,21	5.750	
Transporte e Logística	98.995	0,54	139.360	0,79	98.995	
Utilitários	37.162	0,21	23.675	0,13	37.162	
Total (1)	18.366.888	100,00	17.580.044	100,00	18.367.110	

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2017 - BANCO PAN SA

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Banco					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	922.651	592.687	329.964	4.816.223	4.492.214	324.009
Empréstimo em consignação	9.848.957	7.145.059	2.703.898	6.941.601	5.177.993	1.763.608
Financiamentos habitacionais	-	-	-	6.149	6.097	52
Empréstimo com garantia imobiliária	-	-	-	230.030	214.049	15.981
Total	10.771.608	7.737.746	3.033.862	11.994.003	9.890.353	2.103.650

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	922.651	592.687	329.964	4.816.223	4.492.214	324.009
Empréstimo em consignação	9.848.957	7.145.059	2.703.898	6.941.601	5.177.993	1.763.608
Financiamentos habitacionais	-	-	-	6.149	5.916	233
Empréstimo com garantia imobiliária	-	-	-	230.030	184.761	45.269
Total	10.771.608	7.737.746	3.033.862	11.994.003	9.860.884	2.133.119

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 159.643, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 350.438 em 31/12/2016), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 204.360 (R\$ 414.116 em 31/12/2016) (Nota 21b).

Renovações	17.818	13.842	17.818	13.842
Habitacionais	14.048	364	33.170	81.078
Rendas de empreendimentos imobiliários	1.377	-	4.459	13.809
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	34.301	-	76.051	132.978
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	-	-	437	521
Outras	506	1.140	506	1.140
Total	7.703.911	6.639.841	7.780.298	6.925.223

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

(2) No Consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Banco e Consolidado	31/12/2017	31/12/2016
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	57.474	164.620
Rendas a receber	10.695	7.949
Total do Ativo	68.169	172.569
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	56.448	165.441
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(56.448)	(164.791)
Total do Passivo	-	650

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de financiamento à exportação	123.521	185.982
Varição Cambial	(104.980)	(187.227)
Total	18.541	(1.245)

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2017	31/12/2016
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.010	4.997
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	9.997	22.402
Total				14.007	27.399

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



Qualidade do Crédito:

Os contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos tributários (Nota 32b)	2.900.329	2.875.973	3.151.336	3.292.108
Valores a receber por cessão de créditos	916.550	1.128.806	916.550	1.128.806
Títulos e créditos a receber (1)	916.819	838.371	916.819	897.463
Depósitos judiciais e fiscais	246.994	236.543	280.307	266.922
Impostos e contribuições a compensar	198.490	201.784	250.160	255.616
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	106.841	100.109	106.841	100.109
Valores a receber de sociedades ligadas	42.304	45.307	39.691	36.730
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	11.558	10.724	12.249	11.427
Benefício residual em operações securitizadas (3)	-	-	11.215	2.927
Adiantamentos e antecipações salariais	1.291	1.531	1.352	1.592
Outros	109.645	118.386	114.277	126.643
Total	5.450.821	5.557.534	5.800.797	6.120.343

- (1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 676.792 (R\$ 655.540 em 31/12/2016). A contabilização desse ativo foi alterada pela Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN; e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 240.027 (R\$ 182.831 no Banco e R\$ 241.923 no Consolidado em 31/12/2016);
- (2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2017 é de R\$ 43.084 (R\$ 21.583 em 31/12/2016); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 1.618 (R\$ 2.945 em 31/12/2016) (Nota 8c); e
- (3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Valor Residual							
	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2017	31/12/2016	Custo	Provisão para perdas	31/12/2017	31/12/2016
Veículos	18.331	(93)	18.238	18.369	18.363	(973)	17.390	17.387
Veículos em regime especial	19.535	(15.261)	4.274	5.276	20.533	(15.261)	5.272	6.763
Imóveis (1)	346.333	(47.253)	299.080	85.202	356.266	(47.720)	308.546	281.777
Imóveis em regime especial (1)	15.362	(4.290)	11.072	-	15.362	(4.290)	11.072	4.794
Total dos bens não de uso próprio	399.561	(66.897)	332.664	108.847	410.524	(68.244)	342.280	310.721
Outros bens	313	-	313	640	313	-	313	640
Total de outros valores e bens	399.874	(66.897)	332.977	109.487	410.837	(68.244)	342.593	311.361

- (1) O aumento significativo desta rubrica deve-se a incorporação da empresa Brazilian Mortgages no dia 28/06/2017, no montante de R\$ 197.862 líquidos de provisão para perda.

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comissões pagas a correspondentes bancários	144.902	337.465	148.072	341.582
Gastos na emissão de títulos no Exterior	3.415	4.933	3.415	4.933
Outras	9.683	8.034	10.827	9.786
Total	158.000	350.432	162.314	356.301

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado
			ON	PN	Cotas		31/12/2017
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)(3)(4)	356.736	350.907	11	-	-	100,00	(4.483)
Pan Administradora de Consórcio (2)(5)	42.388	45.067	-	-	48.168	100,00	2.555
Brazilian Securities Companhia de Securitização (6)(7)	174.201	210.871	77.865	-	-	100,00	(2.706)
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)	107.662	160.422	0,2	0,5	-	100,00	11.459
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(6)	179.864	206.395	-	-	179.864	100,00	5.940
Stone Pagamentos S.A. (7)(8)(9)	-	-	-	-	-	-	(2.993)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (10)	-	-	-	-	-	-	(65.995)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (11)	-	-	-	-	-	-	-
Total							

- (1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados contábeis, quando aplicáveis;
- (2) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2017 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;
- (3) Em 31/10/2016 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 100.000, sendo aportado 50% do valor na data do evento e o restante em 11/11/2016;
- (4) Em 08/06/2017 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 200.000, sendo aportado 50% do valor na data do evento e o restante em 20/12/2017;
- (5) Em 31/10/2016 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 30.000;
- (6) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 4.483, BM S.A. e R\$ 1.602, Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (7) Empresa auditada por outro auditor independente;
- (8) A partir de ago/2016 o Banco PAN reclassificou o investimento da Stone para coligada por passar a exercer influência significativa, e assim com o resultado consolidado;
- (9) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229.000 (Nota 33h);
- (10) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 e homologado pelo BACEN em 16/11/2017; e
- (11) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 20/12/2016 e homologado pelo BACEN em 28/06/2017.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2017 - BANCO PAN SA

Notas Explicativas

Total em 31/12/2017		69.211	(41.521)	27.690	-
Total em 31/12/2016		71.546	(33.712)	-	37.834

Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	43.843	(23.878)	19.965	27.305
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.467	(660)	807	912
Sistemas de processamento de dados	20%	23.939	(17.021)	6.918	9.621
Total em 31/12/2017		69.249	(41.559)	27.690	-
Total em 31/12/2016		71.585	(33.747)	-	37.838

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2016	27.301	912	9.621	37.834
Aquisições	393	42	1.503	1.938
Baixas	(2.118)	-	-	(2.118)
Depreciação	(5.611)	(147)	(4.206)	(9.964)
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690

Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2016	27.305	912	9.621	37.838
Aquisições	393	42	1.503	1.938
Baixas	(2.118)	-	-	(2.118)
Depreciação	(5.615)	(147)	(4.206)	(9.968)
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690

Total em 31/12/2016		113.192	(68.599)	-	44.593
----------------------------	--	----------------	-----------------	----------	---------------

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	130.898	(90.054)	40.844	47.541
Ágio	10%	250.532	(135.705)	114.827	139.880
Total em 31/12/2017		381.430	(225.759)	155.671	-
Total em 31/12/2016		367.731	(180.310)	-	187.421

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2016	44.593	-	44.593
Saldo oriundo de incorporação (1)	2.005	118.582	120.587
Adições	18.219	-	18.219
Baixas	(2.062)	-	(2.062)
Amortização	(22.144)	(13.388)	(35.532)
Saldo em 31/12/2017	40.611	105.194	145.805

(1) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN.

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2016	47.541	139.880	187.421
Adições	18.381	-	18.381
Baixas	(2.667)	-	(2.667)
Amortização	(22.411)	(25.053)	(47.464)
Saldo em 31/12/2017	40.844	114.827	155.671

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista (1)	25.543	-	-	-	-	25.543	60.015
Depósitos interfinanceiros	8.276.104	400.922	44.174	217.298	32.175	8.970.673	11.765.701
Depósitos a prazo (2)	70.345	164.354	100.244	273.597	4.530.089	5.138.629	2.723.173
Total em 31/12/2017	8.371.992	565.276	144.418	490.895	4.562.264	14.134.845	-
Total em 31/12/2016	11.777.785	42.249	64.181	204.831	2.459.843	-	14.548.889

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista (1)	25.439	-	-	-	-	25.439	54.762
Depósitos interfinanceiros	8.276.104	369.474	44.174	8.221	32.175	8.730.148	11.765.701
Depósitos a prazo (2)	70.345	164.354	100.244	256.427	4.308.596	4.899.966	2.514.071
Total em 31/12/2017	8.371.888	533.828	144.418	264.648	4.340.771	13.655.553	-
Total em 31/12/2016	11.772.532	42.249	64.181	188.992	2.266.580	-	14.334.534

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Captações no mercado aberto:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Carteira Própria	976.236	-	-	-	106.022	1.082.258	1.322.510
Letras do Tesouro Nacional – LTN	201.059	-	-	-	-	201.059	789.143
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	579.011	-	-	-	106.022	685.033	361.338
Notas do Tesouro Nacional – NTN	196.166	-	-	-	-	196.166	172.029
Carteira de Terceiros	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Notas do Tesouro Nacional – NTN	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Total em 31/12/2017	1.493.292	-	-	-	106.022	1.599.314	-
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	100.338	-	2.028.022

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Carteira Própria	976.236	-	-	-	98.195	1.074.431	1.319.112
Letras do Tesouro Nacional – LTN	201.059	-	-	-	-	201.059	789.143
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	579.011	-	-	-	98.195	677.206	357.940
Notas do Tesouro Nacional – NTN	196.166	-	-	-	-	196.166	172.029
Carteira de Terceiros	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Notas do Tesouro Nacional – NTN	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Total em 31/12/2017	1.493.292	-	-	-	98.195	1.591.487	-
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	96.940	-	2.024.624

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Letras Financeiras – LF	6.941	285.201	190.159	134.030	196.262	812.593	1.170.627
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	19.427	3.752	271	276	79.905	103.631	256.377
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	92.205	250.692	190.311	374.576	421.333	1.329.117	915.991
Total em 31/12/2017	118.573	539.645	380.741	508.882	697.500	2.245.341	-
Total em 31/12/2016	462.669	252.890	318.308	535.729	773.399	-	2.342.995

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e Valores Mobiliários - País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	10	18	25	50	4.111	4.214	7.613
Letras Financeiras – LF	6.941	285.201	190.159	134.030	196.262	812.593	1.170.627
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	19.427	3.752	271	276	79.905	103.631	256.377
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	92.205	250.692	190.311	374.576	421.333	1.329.117	1.721.091
Total em 31/12/2017	118.583	539.663	380.766	508.932	701.611	2.249.555	-
Total em 31/12/2016	558.526	311.291	383.848	778.083	1.123.960	-	3.155.708

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros	1.201.229	1.563.108	1.191.234	1.563.096
Depósitos a Prazo	629.582	425.847	610.191	402.049
Letras Financeiras	104.665	215.390	104.665	215.390
Variação Cambial	22.337	(316.837)	22.337	(316.837)
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	140.244	139.521	140.244	139.521
Letras de Crédito Imobiliário	99.652	99.225	138.729	231.756
Operações Compromissadas	141.167	303.029	140.625	302.397
Letras de Crédito do Agronegócio	18.324	56.036	18.324	56.036
Captações no Exterior – Dívida Subordinada (1)	(14.343)	(155.334)	(14.343)	(155.334)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	7.833	5.137	8.344	6.677
Créditos Cedidos com Retenção de Risco	43.243	42.568	43.242	42.568
Total	2.393.933	2.377.690	2.403.592	2.487.319

(1) Foi reclassificado de outras receitas para despesas de aplicações no exterior, o montante de R\$ 86.455 para data-base 31/12/2016.

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	Banco e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Recebimentos e pagamentos a liquidar (1)	654.035	649.072
Correspondentes no País (2)	197.184	155.796
Total	851.219	804.868

- (1) A partir de 19/06/2017 o BACEN através da Carta Circular nº 3.828/17, alterou a contabilização e divulgação das transações com pagamentos de cartão de crédito, anteriormente tais valores eram divulgados na NE 21b (Outras Obrigações Diversas); e
(2) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito, são representados por: crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
No exterior (1)(2)(3)	-	-	-	-	-	-	134.101
Total em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	-	-	2.038	132.063	-	134.101

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f); e

(3) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1)	(1.509)	16.243
Total	(1.509)	16.243

(1) O montante de variação cambial totalizou em 31/12/2017 uma receita de R\$ 1.660 (e uma receita de R\$ 26.019 em 31/12/2016).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.585.191	1.576.844
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	19.152	17.190
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	169.895	156.631
2019 (4)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	757	681
Total					1.774.995	1.751.346

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017 (receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretensão enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I- Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	281.191	206.726	294.968	222.741
Processos trabalhistas	358.731	174.230	381.513	188.330
Processos tributários	931	323	23.178	11.538
Total (Nota 21b)	640.853	381.279	699.659	422.609

II- Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	206.726	174.230	323	381.279
Saldo oriundo de incorporação (1)	4.167	510	206	4.883
Baixas	(119.254)	(105.179)	(253)	(224.686)
Constituições líquidas de reversões	189.552	289.170	655	479.377
Saldo em 31/12/2017	281.191	358.731	931	640.853

(1) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN.

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609
Baixas	(125.223)	(111.841)	(284)	(237.348)
Constituições líquidas de reversões	197.450	305.024	11.924	514.398
Saldo em 31/12/2017	294.968	381.513	23.178	699.659

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III- Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda julgamento de Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. Os processos aguardam resultado da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devendo, em seguida, ocorrer o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação de embargos de declaração.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de swap da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro aguarda publicação de acórdão de julgamento que reconheceu parcialmente a procedência de Recurso Voluntário, para que o Banco PAN S.A. possa apresentar Recurso de Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o segundo aguarda julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A. pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.446. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
COFINS a recolher	10.550	18.112	11.674	18.938
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	5.977	6.593	6.061	6.739
Impostos e contribuições sobre salários	13.335	14.993	13.483	15.589
PIS a recolher	1.714	2.943	1.910	3.085
ISS a recolher	1.287	2.076	1.330	2.141
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	3.405	1.382	3.405	1.382
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.042	5.481	9.256	21.081
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	-	-	84.682	87.302
Total	38.310	51.580	131.801	156.257

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cessão com retenção de riscos (1)	204.360	414.116	204.360	414.116
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	640.853	381.279	699.659	422.609
Provisão para pagamentos a efetuar	538.115	489.878	538.886	492.834
Arrecadação de cobrança	121.936	77.260	122.177	77.501
Valores a pagar a sociedades ligadas	16.544	21.446	15.250	20.190
Operações com cartão de crédito (2)	18.980	27.069	18.980	27.069
Valores específicos de consórcio	-	-	7.831	4.080
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	-	264	-	264
Outros	33.894	25.781	34.289	28.058
Total	1.574.682	1.437.093	1.641.432	1.486.721

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f); e

(2) Após a entrada em vigor da Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN, que altera a contabilização das operações com cartão de crédito (arranjos de pagamentos), parte do saldo aqui apresentado anteriormente foram reclassificados para a nota explicativa de Relações Interfinanceiras (Nota 17), para efeito de comparabilidade, o saldo de 31/12/2016 também foi reclassificado.

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2017 e 31/12/2016. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

Em 06/11/2017, o Conselho de Administração do PAN aprovou aumento do Capital Social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

O Aumento de Capital tem como objetivo: (i) amparar o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia, fortalecendo o compromisso dos acionistas controladores, BTG Pactual e CaixaPar, em dar suporte à Companhia para execução de seu plano de negócios.

Demais informações estão descritas na nota explicativa 33i.

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio no exercício findo de 31/12/2017.

	31/12/2017	% (1)
Lucro líquido	212.606	
Prejuízo acumulado de exercício anterior	(34.311)	
Resultado antes da reserva legal	178.295	
(-) Reserva Legal	(8.915)	
Base de cálculo	169.380	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	69.800	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(10.470)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	59.330	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito	175.179	266.783	175.236	266.885
Rendas de cartão	122.070	120.831	122.070	120.831
Rendas de intermediação de negócios	69.857	59.254	69.857	61.002
Rendas de serviços de cobrança	114	805	114	805
Administração de consórcios	-	-	24.188	24.764
Outras	10.337	9.192	11.771	15.118
Total	377.557	456.865	403.236	489.405

24) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Proventos	282.650	242.454	284.510	303.764
Encargos Sociais	86.370	79.055	87.479	106.166
Benefícios	66.246	51.819	67.010	71.222
Honorários (Nota 29b)	19.488	16.110	21.260	24.892
Outros	3.283	2.603	3.313	2.771
Total	458.037	392.041	463.572	508.815

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.111.933	1.309.410	1.117.353	1.173.382
Serviços de terceiros	290.230	253.220	310.408	282.561
Serviços do sistema financeiro	158.311	145.107	161.707	153.169
Processamento de dados	171.698	137.816	172.512	140.334
Aluguéis	44.866	42.198	45.287	51.328
Comunicações	44.125	47.141	44.325	49.576
Depreciação e amortização	32.108	35.890	32.379	39.574
Propaganda, promoções e publicidade	22.425	16.807	23.538	19.777
Despesas com busca e apreensão de bens	39.422	28.767	39.534	28.767
Manutenção e conservação de bens	4.966	3.452	4.976	4.904
Viagens	4.177	4.431	4.197	6.111
Transporte	5.605	4.661	5.633	5.033
Taxas e emolumentos	5.732	3.617	8.749	7.603
Materiais de consumo	746	590	746	703
Outras	104.832	88.516	114.696	109.719
Total	2.041.176	2.121.623	2.086.040	2.072.541

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição à COFINS	155.676	141.720	162.257	162.465
Contribuição ao PIS	25.297	23.030	26.495	27.161
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	16.712	21.227	17.316	29.383
Impostos e taxas	4.563	3.719	13.932	16.112
Total	202.248	189.696	220.000	235.121

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de encargos e despesas	133.701	95.993	137.273	100.027
Varição monetária ativa / cambial (1)	59.067	46.705	77.785	54.296
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	5.099	3.975
Reversão de provisões	10.425	3.413	14.823	19.511
Outras	15.134	22.860	27.666	27.182
Total	218.327	168.971	262.646	204.991

(1) Foi reclassificado de outras receitas para despesas de aplicações no exterior, o montante de R\$ 86.455 para a data-base 31/12/2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cessão de operações de crédito	1.264.077	505.108	1.268.734	505.108
Constituição de provisões	479.591	263.233	533.659	345.974
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	58.415	62.992	58.484	63.514
Variação monetária passiva / cambial	58.510	207.082	58.513	207.178
Descontos concedidos	18.306	29.132	18.316	29.725
Amortização de ágio (Nota 15a)	18.811	11.645	25.053	25.053
Gravames	18.674	23.811	18.715	23.851
Outras	62.286	56.116	66.247	60.583
Total	1.978.670	1.159.119	2.047.721	1.260.986

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado na alienação de outros valores e bens	(5.960)	(44.616)	(8.688)	(48.864)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	14.557	2.408	17.003	6.173
Impairment de ativos não financeiros	(38.083)	(18.444)	(39.422)	(24.853)
Resultado na alienação de investimento (1)	183.384	-	183.384	-
Outros	26	1.046	26	1.046
Total	153.924	(59.606)	152.303	(66.498)

(1) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. (Nota 33h).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	Banco			
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	85.704	-	6.132	5.327
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	-	-	609.913	-	65.328
Caixa Econômica Federal	-	-	-	3.836	5.647
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	65.787	778	8.068
Total		85.704	675.700	10.746	84.370
Cessão de crédito (b)					
Caixa Econômica Federal	08/11/2025	916.550	1.128.806	-	-
Total		916.550	1.128.806	-	-
Outros créditos					
Banco BTG Pactual S.A.(c)	29/12/2017	-	-	1.269	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	33.886	30.053	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	5.783	6.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	22	13	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	Sem prazo	-	4.774	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (d)(e)	Sem prazo	3.522	2.390	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.(e)	Sem prazo	129	73	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (e)(f)	Sem prazo	4.562	4.069	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	78	-	-
Total		47.904	48.033	1.269	-
Depósitos à vista (g)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(324)	(340)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(8)	(154)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(32)	(17)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(54)	(12)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(5)	(2)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(5)	(1)	-	-
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	Sem prazo	-	(5.199)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(8)	(21)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(62)	(1)	-	-
Total		(498)	(5.747)	-	-
Depósitos interfinanceiros (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	(400.058)	(435.077)	(79.069)	(66.077)
Caixa Econômica Federal	31/01/2018	(8.118.981)	(11.231.214)	(1.094.817)	(1.484.658)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	-	-	-	-	(11)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	30/11/2018	(240.526)	-	(9.995)	-
Total		(8.759.565)	(11.666.291)	(1.183.881)	(1.550.746)
Depósitos a prazo (i)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	14/12/2020	(23.099)	(29.815)	(3.402)	(3.003)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	14/12/2020	(36.478)	(33.402)	(3.351)	(1.204)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	-	(3.671)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	11/12/2020	(111.562)	(91.347)	(8.786)	(9.781)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Brazilian Finance & Real Estate S.A.	11/12/2020	(82.273)	(80.487)	(6.772)	(8.448)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	04/12/2020	(8.350)	(3.866)	(483)	(694)
Banco BTG Pactual S.A.	22/12/2021	(27.171)	-	(532)	(13)
Pessoal chave da administração	27/05/2019	(2.751)	-	(119)	-
Total		(291.684)	(238.917)	(23.445)	(26.814)
Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(527.189)	(35.653)	(72.806)
Caixa Econômica Federal	02/01/2018	(900.119)	-	(1.328)	(477)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	31/08/2021	(7.827)	(3.399)	(541)	(631)
Total		(907.946)	(530.588)	(37.522)	(73.914)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (j)					
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(49.336)	(113.606)	(7.235)	(28.106)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	14/05/2022	-	-	(1.061)	-
Pessoal chave da administração	14/05/2022	(34.924)	(35.875)	(3.390)	(4.292)
Total		(84.260)	(149.481)	(11.686)	(32.398)
Instrumentos financeiros derivativos (k)					
Brazilian Securities Companhia de Securitização	01/06/2020	-	16.465	10.780	43.212
Banco BTG Pactual S.A.	01/06/2020	(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Total		(50.739)	29.864	94.988	(237.114)
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(15.250)	(19.927)	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	Sem prazo	-	(1.318)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(993)	(35)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	31/10/2017	(301)	(71)	-	-
Total		(16.544)	(21.351)	-	-
Receita de prestação de serviços (l)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	63.417	58.081
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	598	286
Total		-	-	64.015	58.367
Despesa de pessoal					
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	-	-	-	-	(266)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(289)	(231)
Total		-	-	(289)	(497)
Outras despesas administrativas					
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	-	(151.557)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(16.287)	(4.178)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.685)	(271)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(115)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.490)	(1.383)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(23.217)	(8.778)
Total		-	-	(42.794)	(166.282)
Resultado obtido na cessão de crédito tributário					
Banco BTG Pactual S.A. (c)	-	-	-	102.500	-
Total		-	-	102.500	-
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.859.668	2.095.079
Total		-	-	2.859.668	2.095.079

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- (c) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual S.A. de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão;
- (d) Refere-se a saldo oriundo de cessão de crédito, no montante de R\$ 1.136 e valores a receber referente a BNDU, no montante de R\$ 127. Em 31/12/2016 o saldo de cessão de crédito era de R\$ 2.390;
- (e) Saldo provisionado referente a dividendos que será pago até 31/12/2018, sendo: R\$ 3.219 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A, R\$ 2.260 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 121 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;
- (f) Saldo provisionado de R\$ 1.343, referente ao saldo remanescente da redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A, conforme AGE de 18/09/2013;
- (g) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (h) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (i) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (j) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (k) Referem-se às operações de Swap; e
- (l) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios.

	Prazo máximo	Consolidado			
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.155	10.320	-	-
Total		1.155	10.320	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	85.704	-	6.132	5.327
Caixa Econômica Federal	-	-	-	3.836	5.647
Total		85.704	-	9.968	10.974
Cessão de crédito (c)					
Caixa Econômica Federal	08/11/2025	916.550	1.128.806	-	-
Total		916.550	1.128.806	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	33.886	30.053	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	5.783	6.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	22	13	-	-
Banco BTG Pactual S.A. (d)	29/12/2017	-	-	1.269	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	78	-	-
Total		39.691	36.727	1.269	-
Depósitos à vista (e)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(324)	(340)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(8)	(154)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(62)	(1)	-	-
Total		(394)	(495)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	(400.058)	(435.077)	(79.069)	(66.077)
Caixa Econômica Federal	31/01/2018	(8.118.981)	(11.231.214)	(1.094.817)	(1.484.658)
Total		(8.519.039)	(11.666.291)	(1.173.886)	(1.550.735)
Depósitos a prazo (g)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	14/12/2020	(23.099)	(29.815)	(3.402)	(3.003)
Banco BTG Pactual S.A.	22/12/2021	(27.171)	-	(532)	(13)
Pessoal chave da administração	27/05/2019	(2.751)	-	(119)	-
Total		(53.021)	(29.815)	(4.053)	(3.016)
Obrigações por operações compromissadas					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(527.189)	(35.653)	(72.086)
Caixa Econômica Federal	02/01/2018	(900.119)	-	(1.328)	(477)
Total		(900.119)	(527.189)	(36.981)	(72.563)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(49.336)	(161.299)	(7.235)	(37.080)
Pessoal chave da administração	14/05/2020	(34.924)	(37.845)	(3.390)	(4.525)
Total		(84.260)	(199.144)	(10.625)	(41.605)
Instrumentos financeiros derivativos (i)					
Banco BTG Pactual S.A.	01/06/2020	(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Total		(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(15.250)	(19.927)	-	-
Total		(15.250)	(19.927)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	63.417	58.081
Total		-	-	63.417	58.081
Despesa de Pessoal					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(292)	(395)
Total		-	-	(292)	(395)
Outras despesas administrativas					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(16.287)	(4.178)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.702)	(271)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(115)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.490)	(1.383)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(23.217)	(8.778)
Total		-	-	(42.811)	(14.725)
Resultado obtido na cessão de créditos tributários					
Banco BTG Pactual S.A. (d)	-	-	-	102.500	-
Total		-	-	102.500	-
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.859.668	2.104.548
Total		-	-	2.859.668	2.104.548

- (a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (d) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual S.A. de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão;
- (e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (h) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (i) Referem-se às operações de Swap; e
- (j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



b) Remuneração dos Administradores:

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28/04/2017 e 24/11/2017 foram aprovadas a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2017, no montante de até R\$ 28.400 (R\$ 60.000 no exercício de 2016).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários (Nota 24)	19.488	16.110	21.260	24.892
Contribuição ao INSS	4.385	3.625	4.784	5.601
Total	23.873	19.735	26.044	30.493

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• **Outras informações**

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• **Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de referência nível I	1.784.926	1.908.118
Capital Principal	1.784.926	1.908.118
Patrimônio de referência nível II	631.294	779.430
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.416.220	2.687.548
Patrimônio de referência	2.416.220	2.687.548
- Risco de crédito	15.583.707	18.697.144
- Risco de mercado	195.002	329.776
- Risco operacional	2.359.044	1.285.684
Ativo ponderado pelo risco – RWA	18.137.752	20.312.604
Índice de Basileia	13,32%	13,23%
Nível I	9,84%	9,39%
Nível II	3,48%	3,84%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2017

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(901)	(186.606)	(378.531)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(288)	(74.370)	(141.006)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(190)	(19.965)	(38.265)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(63)	(1.584)	(3.168)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(8)	(544)	(1.097)
Total em 31/12/2017		(1.450)	(283.069)	(562.067)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de setembro de 2017, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Ativos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito (ACC/CCE)	140.212	286.653
Outros Recebíveis	-	9.782
Total Ativos	140.212	296.435

Passivos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Dívida subordinada	1.585.191	1.576.844
Obrigações por empréstimos no Exterior	-	134.101
Total Passivos	1.585.191	1.710.945

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Posição comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	1.113.478	1.309.090	1.766.600	1.946.661
DDI	65.606	59.898	65.606	59.898
Total	1.179.084	1.368.988	1.832.206	2.006.559
Posição Vendida - Dólar				
<i>Swap</i>	22.343	147.086	22.802	125.744
DDI	151.990	214.951	151.900	214.951
DOL	29.053	21.299	29.053	21.299
Total	203.386	383.336	203.755	361.994

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.715.141	1.730.706	15.565	2.277.236	2.287.958	10.722
- Ajuste de títulos para negociação	50.757	50.757	-	71.749	71.749	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.125.072	1.125.072	-	1.051.516	1.051.516	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	539.312	554.877	15.565	1.153.971	1.164.693	10.722
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	18.505.881	18.866.656	360.775	19.082.919	21.668.429	2.585.510
Depósitos interfinanceiros	8.730.148	8.731.510	(1.362)	11.765.701	11.767.088	(1.387)
Depósitos a prazo	4.899.966	6.464.406	(1.564.440)	2.514.071	3.864.495	(1.350.424)
Recursos de emissão de títulos	2.249.555	2.249.020	535	3.155.708	3.061.879	93.829
Obrigações por empréstimos	-	-	-	134.101	134.101	-
Dívidas subordinadas	1.774.995	1.781.134	(6.139)	1.751.346	1.750.758	588
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(1.195.066)			1.338.838

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2017 representava R\$ 66.246 no Banco PAN e R\$ 67.010 no Consolidado (R\$ 51.819 no Banco PAN e R\$ 71.222 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	281.157	(400.126)	253.294	(450.408)
Alíquota efetiva (1) / (2)	45%	45%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(229.021)	180.057	(224.626)	202.968
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	(25.300)	(27.620)	(1.347)	14.921
Cessão de crédito tributário (3)	102.500	-	102.500	-
Outros valores	(19.229)	10.451	(19.715)	(4.721)
Despesa/Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	(68.551)	162.888	(40.688)	213.168

- (1) No Consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos;
- (2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019; e
- (3) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual S.A. de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.155.405	614.322	(775.628)	994.099
Provisão para contingências cíveis	93.027	179.600	(148.399)	124.228
Provisão para contingências trabalhistas	78.404	126.613	(52.819)	152.198
Provisão para contingências tributárias	129	1.549	(1.305)	373
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	13.538	33.706	(32.734)	14.510
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	20.401	38.606	(45.707)	13.300
Outras provisões	243.559	232.213	(144.480)	331.292
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.604.463	1.226.609	(1.201.072)	1.630.000
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.271.510	-	(1.181)	1.270.329
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	2.875.973	1.226.609	(1.202.253)	2.900.329

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.286.221	642.339	(919.822)	1.008.738
Provisão para contingências cíveis	99.173	187.164	(156.827)	129.510
Provisão para contingências trabalhistas	83.455	133.145	(56.312)	160.288
Provisão para contingências tributárias	4.603	6.708	(2.040)	9.271
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	18.060	33.860	(37.014)	14.906
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	46.564	48.033	(72.535)	22.062
Outras provisões	263.199	236.002	(166.476)	332.725
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.801.275	1.287.251	(1.411.026)	1.677.500
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.490.833	10.030	(27.027)	1.473.836
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.292.108	1.297.281	(1.438.053)	3.151.336
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(87.302)	(4.054)	6.674	(84.682)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.204.806	1.293.227	(1.431.379)	3.066.654

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 07/02/2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Banco					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	891.695	-	1.618	-	893.313
2018	709.781	627.329	5.242	89.307	715.023	716.636
2019	484.304	69.366	1.766	75.917	486.070	145.283
2020	394.909	4	5.128	100.944	400.037	100.948
2021	296	-	46.915	109.832	47.211	109.832
2022	4.217	2.114	107.023	132.779	111.240	134.893
2023	10.122	5.074	165.648	170.321	175.770	175.395
2024	10.122	5.074	187.255	189.578	197.377	194.652
2025	8.890	3.807	215.567	219.233	224.457	223.040
2026	5.196	-	272.501	181.981	277.697	181.981
2027	2.163	-	263.284	-	265.447	-
Total	1.630.000	1.604.463	1.270.329	1.271.510	2.900.329	2.875.973

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	915.887	-	4.293	-	920.180
2018	726.753	655.545	5.951	96.006	732.704	751.551
2019	491.831	93.370	5.908	91.733	497.739	185.103
2020	396.917	24.072	20.419	117.600	417.336	141.672
2021	2.614	23.394	65.430	136.758	68.044	160.152
2022	5.051	11.272	127.186	159.029	132.237	170.301
2023	10.956	31.134	186.983	195.161	197.939	226.295
2024	10.956	21.553	210.918	212.782	221.874	234.335
2025	9.724	7.002	240.913	243.798	250.637	250.800
2026	6.030	18.046	296.665	194.268	302.695	212.314
2027	16.668	-	274.450	-	291.118	-
Total	1.677.500	1.801.275	1.434.823	1.451.428	3.112.323	3.252.703

Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 1.841.141 e R\$ 1.948.850 no Consolidado (R\$ 1.732.267 no Banco PAN e R\$ 1.965.541 no Consolidado em 31/12/2016).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.013 (R\$ 39.405 em 31/12/2016), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2017, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 (31/12/2016 - R\$ 1.141.506 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 no Banco PAN e no Consolidado (31/12/2016 - R\$ 456.602) em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(4.495)	(4.054)	2.277	(6.272)
Variação cambial	(3.089)	-	3.089	-
Superveniência de depreciação	(79.718)	-	1.308	(78.410)
Total (Nota 21a – 32b)	(87.302)	(4.054)	6.674	(84.682)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)**33) OUTRAS INFORMAÇÕES**

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 277.580 em 31/12/2017 (R\$ 278.756 em 31/12/2016);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.
- g) O ano de 2016 foi um ano importante para o PAN no segmento de veículos, pois o Banco lançou uma nova plataforma e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos;
- h) Em 31/10/2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. (“Stone”), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a DLP Pagamentos Brasil S.A. (“DLP”). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000 (duzentos e vinte e nove milhões de reais); e
- i) Foi aprovado Aumento de Capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado e sem a necessidade de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de 212.765.958 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentas e cinquenta e oito) novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações atualmente existentes, sendo 122.530.888 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 90.235.070 (noventa milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setenta) ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da Companhia (“Aumento de Capital”).

O preço de emissão descrito no item acima foi fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”), levando-se em consideração a média das cotações das ações preferenciais da Companhia nos pregões realizados nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à convocação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia que aprovou

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

o Aumento de Capital, ou seja, entre 02/08/2017, exclusive, e 31/10/2017, inclusive. As ações emitidas em virtude do Aumento de Capital deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em dinheiro.

O valor total da emissão terá a seguinte destinação: (i) 10% (dez por cento) do valor da emissão das ações ordinárias serão destinados à conta do capital social da Companhia e os 90% (noventa por cento) remanescentes serão destinados à conta de reserva de capital; (ii) a integralidade do valor da emissão das ações preferenciais será destinada à conta do capital social.

A acionista Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“CaixaPar”) cederá ao acionista Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), todos os seus direitos de subscrição de ações ordinárias e preferenciais, incluindo, sem limitação, o direito à reserva de sobras e eventuais sobras de sobras, na proporção que detém, ficando o BTG Pactual autorizado desde já a ceder o referido direito às suas afiliadas (“Cessão de Direitos CaixaPar”).

O acionista BTG Pactual garantirá a subscrição integral das ações relacionadas à sua própria participação no capital social, à Cessão de Direitos CaixaPar, assim como a todas as sobras, ou, ainda, às sobras de sobras, que se façam necessárias para que o valor total da emissão seja integralmente subscrito e integralizado (“Garantia de Subscrição Integral BTG”). Tal garantia se dará por meio de subscrição direta ou através de cessão de direitos de subscrição a quaisquer de suas afiliadas.

Não obstante o disposto acima, o BTG Pactual dará prioridade aos demais acionistas na subscrição da totalidade das sobras.

Em decorrência da Garantia de Subscrição Integral BTG não haverá leilão de sobras de ações do Aumento de Capital em bolsa, bem como o Aumento de Capital será integralmente homologado pelo Conselho de Administração.

Os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que vierem a ser subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que este vier a subscrever e integralizar no âmbito do Aumento de Capital.

Após a conclusão do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 3.653.409.620,70 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e vinte reais e setenta centavos), representado por 1.141.806.121 (um bilhão, cento e quarenta e um milhões, oitocentos e seis mil e cento e vinte e uma) ações, sendo 657.560.635 (seiscentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e sessenta mil e seiscentos e trinta e cinco) ações ordinárias e 484.245.486 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para a conta de reserva de capital será destinado à quantia de R\$ 207.322.263,26 (duzentos e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos).

Homologação do Aumento de Capital

Nova Reunião do Conselho de Administração será oportunamente realizada para homologar o Aumento de Capital, não havendo que se falar em homologação parcial, tendo em vista a Garantia de Subscrição Integral BTG de subscrever até a totalidade das ações do Aumento de Capital. Após a homologação pelo Conselho de Administração da Companhia, o Aumento de Capital será submetido à homologação do Banco Central do Brasil (“BCB”), nos termos da regulamentação aplicável.

As novas ações emitidas serão creditadas e incluídas na posição dos acionistas em até 3 (três) dias úteis após a homologação do Aumento de Capital pelo BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



Caso não haja homologação do Aumento de Capital pelo BACEN, o valor até o momento integralizado pelos acionistas da Companhia será devolvido pelo Banco Pan, sem correção monetária, em até 5 (cinco) dias úteis após decisão administrativa final da qual não caiba recurso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando informado)



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017.



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017.



São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre
as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pan S.A. e suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2017 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do ano anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas por não recuperação – impairment (Notas explicativas 3g, 7.2.1, 12 e 13)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação da provisão para perdas ao valor recuperável – "impairment" continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O processo estabelecido busca capturar fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias, bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa avaliação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideram, entre outros:

Obtivemos o entendimento dos desenhos e os controles relevantes relacionados a apuração da provisão para perdas ao valor recuperável - "impairment" que tratam da integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perdas ao valor recuperável - "impairment" com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, o valor recuperável levando em consideração as evidências de "impairment", tanto para as provisões calculadas de individualmente quanto para as de avaliação coletiva.

Analisamos também, a consistência dos modelos e premissas adotadas no processo com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3s e 15)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 2,9 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários com potencial impacto no registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos principais procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros:

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers Carlos Augusto da Silva

Audidores Independentes Contador CRC 1SP197007/O-2

CRC 2SP000160/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO PAN S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 59.285.411/0001-13

NIRE 35.300.012.879

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco PAN S.A. ("Banco" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo as notas explicativas e, com base: (a) no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 07 de fevereiro de 2018, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria são: 1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), o qual concluiu que as premissas e critérios adotados pela administração da Companhia para a determinação da PCLD são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das Demonstrações Financeiras, conforme notas explicativas nº 3f e 8; 2 – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com procedimentos de segurança dos sistemas de TI, com teste de controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, controles automatizados das informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregação de funções, que propiciaram evidência para execução do processo de exame de auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia; 3 – Crédito Tributário, em relação aos créditos ativados no valor de R\$ 3,2 bilhões no Banco PAN S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração em 07 de fevereiro de 2018, conforme notas explicativas de nº 3n e 32b; (b) na reunião com os auditores independentes; (c) no relatório do Comitê de Auditoria, datado de 07 de fevereiro de 2018; e (d) na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia, notadamente pela Diretoria de Controladoria e Compliance.

O Conselho Fiscal é de opinião que esses documentos: (a) refletem adequadamente as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2017, a situação patrimonial e a posição financeira e (b) estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Marcelo Adilson Tavarone Torresi Marcos Machado Guimarães

Paulo Roberto Salvador Costa

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2017

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 2º semestre de 2017, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê no cumprimento de seu plano de Trabalho 2017 submetido ao Conselho de Administração, sempre com o propósito de cumprir suas atribuições legais, em especial: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, os critérios utilizados para a publicação das demonstrações contábeis e de suas Notas Explicativas.

Para tanto, o Comitê considerou como base de suas análises informações colhidas nas reuniões realizadas com áreas estratégicas da Companhia e nos relatórios produzidos sobre a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente, assim como no desempenho observado no Plano de Negócios. O Comitê também realizou questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição.

Destaca-se que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição, neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: (i) a implementação do novo plano estratégico; (ii) a alienação da participação na Stone Pagamentos S.A.; (iii) a antecipação de valores referentes ao Prêmio de Performance; (iv) o ajuste nos modelos de provisão para contingências cíveis e trabalhistas; (v) a alienação de crédito tributário; e, (vi) aporte de capital em aprovação no BCB.

Ainda sobre o Plano Negócios, aprovado pelo Conselho de Administração, os montantes de créditos tributários foram avaliados pela Auditoria independente que manteve parágrafo de ênfase no seu relatório.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Instituição continua a promover o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco, em especial nos aspectos relacionados a formalização e governança. A administração implantou com sucesso novos sistemas tecnológicos, e vem implementando outros que permitem a correção dos apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos.
- b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e características da Companhia; e,
- c) As demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaborados conforme a nova regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo (SP), 07 de fevereiro de 2018

MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA

Presidente

MARCELO YUGUE

Membro

MARCELO TERRAZAS

Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Em decorrência da Inclusão do Parecer do Conselho Fiscal
3	Demonstrações Financeiras em IFRS